

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**YASMIN MOSCATO JORGE**

**O DILEMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70: UMA  
ANÁLISE DA RETOMADA DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS**

**CAMPINAS**

**2024**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**YASMIN MOSCATO JORGE**

**O DILEMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70: UMA  
ANÁLISE DA RETOMADA DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Relações Internacionais da Escola de Economia e Negócios, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Ana Paula Lage de Oliveira

**CAMPINAS**  
**2024**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jorge, Yasmin Moscato

O dilema da Política Externa Brasileira na década de 70 :  
uma análise da retomada das relações sino-brasileiras / Yasmin  
Moscato Jorge. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.

73 f.

Orientador: Ana Paula Lage .

TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) -  
Faculdade de Relações Internacionais , Escola de Economia e  
Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas,  
Campinas, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Política Externa Brasileira. 2. Relações Sino-brasileiras.  
3. Guerra Fria. I. Lage , Ana Paula. II. Pontifícia Universidade  
Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios.  
Faculdade de Relações Internacionais . III. Título.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O DILEMA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 70: UMA  
ANÁLISE DA RETOMADA DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS**

Monografia defendida e aprovada em XX de  
Novembro de 2024 pela comissão  
examinadora:

Prof(a). Dr(a). Ana Paula Lage de Oliveira.  
Orientadora e presidente da comissão  
examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Prof(a). Dr(a). Delaide Silva Passos Ferreira

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, à professora Ana Paula Lage, cuja orientação, paciência e conhecimento foram essenciais para a realização deste projeto. Agradeço profundamente pelo apoio constante e pelos ensinamentos que me auxiliaram durante cada etapa desta jornada acadêmica.

Aos meus amigos, que estiveram sempre ao meu lado, proporcionando muito apoio e companheirismo que me incentivaram a seguir em frente.

E à minha família, pelo suporte e encorajamento incondicional, que me permitiram perseguir e alcançar meus objetivos.

“A China e o Brasil, ambos grandes países em desenvolvimento e principais mercados emergentes, são bons amigos que compartilham a mesma visão e bons parceiros que avançam de mãos dadas”

XI JINPING

## RESUMO

O presente relatório se propõe a analisar o processo de retomada das relações diplomáticas entre o Brasil e a China na década de 70, com foco no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Durante esse período, o Brasil buscava diversificar suas alianças internacionais e reduzir sua dependência frente aos Estados Unidos, adotando uma política de "Pragmatismo Ecumênico e Responsável". A reaproximação com a China ocorreu em um contexto de flexibilização das relações internacionais na Guerra Fria (1947-1991), cenário em que o Brasil passou a buscar novos parceiros comerciais em resposta aos desafios econômicos decorrentes do choque do petróleo de 1973, da recessão global e do próprio fim do Milagre Econômico (1968-1973). A pesquisa traça a trajetória das relações sino-brasileiras desde o início do século XX, abordando o papel do alinhamento automático durante o Regime Militar (1964-1985) no rompimento das relações entre Brasil e China, em um contexto de oposição ao comunismo e subordinação aos interesses norte-americanos. Posteriormente, o abandono gradual dessa postura, especialmente visualizado no governo Geisel, se correlacionaram diretamente com a fase de reaproximação dos dois países, impulsionada pela necessidade de diversificação de mercados e abordagem menos focada em questões ideológicas, como uma pronta resposta aos desafios econômicos e necessidades comerciais da época.

**Palavras-chave:** Relações diplomáticas. Década de 70. Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Guerra Fria. Choque do Petróleo. Milagre Econômico. Relações sino-brasileiras. Regime Militar. Alinhamento automático.

## **ABSTRACT**

This report aims to analyze the process of resumption related to the diplomatic relations between Brazil and China in the 1970s, focusing on the government of Ernesto Geisel (1974-1979). During this period, Brazil sought to diversify its international alliances and reduce the dependence on the United States, adopting a policy of "Ecumenical and Responsible Pragmatism". The rapprochement with China took place in the context of flexibility in international relations during the Cold War, a scenario in which Brazil began to seek new trading partners in response to the economic challenges arising from the 1973 oil shock, the global recession and the end of the Economic Miracle itself. The research traces the trajectory of Sino-Brazilian relations since the beginning of the twentieth century, addressing the role of automatic alignment during the military regime in the rupture of relations between Brazil and China, in a context of opposition to communism and subordination to US interests. Subsequently, the gradual abandonment of this posture, especially seen in the Geisel government, would correlate directly with the phase of rapprochement between the two countries, driven by the need for market diversification and an approach less focused on ideological issues, as a prompt response to the economic challenges and commercial needs of the period.

**Keywords:** Diplomatic relations. 70s. Ecumenical and Responsible Pragmatism. Cold war. Oil Shock. Economic miracle. Sino-Brazilian relations. Military Regime. Automatic alignment.

## SUMÁRIO

|                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                 | <b>9</b>  |
| <b>1. CAPÍTULO 1. POLÍTICA DOMÉSTICA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 .....</b> | <b>13</b> |
| 1.1. A Política Externa Independente nos governos de Jânio Quadros e João Goulart.....                  | 13        |
| 1.2. A Política de Alinhamento Automático no Regime Militar .....                                       | 19        |
| 1.3. O Pragmatismo Ecumênico e Responsável no Governo Geisel .....                                      | 24        |
| <b>2. CAPÍTULO 2. RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS .....</b>                                               | <b>29</b> |
| 2.1. As relações Brasil e Estados Unidos na década de 50 e 60.....                                      | 29        |
| 2.2. O <i>Nation Building</i> e a Operação Brother Sam .....                                            | 35        |
| 2.3. O Regime Militar e as relações com os Estados Unidos .....                                         | 40        |
| <b>3. CAPÍTULO 3. RELAÇÃO BRASIL-CHINA .....</b>                                                        | <b>45</b> |
| 3.1. A trajetória das relações entre Brasil e China no Século XX.....                                   | 45        |
| 3.2. O fim das relações sino-brasileiras.....                                                           | 52        |
| 3.3. A reaproximação no governo Geisel .....                                                            | 56        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                        | <b>63</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                                 | <b>67</b> |

## INTRODUÇÃO

A relação atual entre Brasil e China representa uma parceria fundamental para ambos os países. Nos últimos anos, as relações bilaterais entre o Brasil, uma potência emergente na América Latina, e a China, a segunda maior economia do mundo, têm se fortalecido significativamente. A China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, com trocas comerciais em expansão e investimentos em setores-chave da economia brasileira, como agricultura, infraestrutura e energia (NEVES, 2018).

Todavia, a importância do parceiro asiático não é recente para política externa brasileira, mas sim uma tendência que se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Desde o início do século XXI, as interações entre os dois países têm se intensificado progressivamente, impulsionadas por uma série de fatores econômicos, políticos e sociais. As relações sino-brasileiras têm adquirido um papel cada vez mais significativo para o Brasil, fortalecendo a posição do país como um ator relevante no cenário internacional e contribuindo para a diversificação de suas relações diplomáticas, particularmente com as principais potências globais.

Este projeto de pesquisa explora as sucessivas transformações nas relações sino-brasileiras desencadeadas pelo Regime Militar, em especial àquelas vislumbradas durante a reabertura política no governo Geisel (1974-1979). O principal questionamento a ser respondida é como o fim do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos influenciou as relações sino-brasileiras no governo Geisel, visto que a posição de subordinação absoluta à potência estadunidense, adotada em boa parte do governo militar, fora responsável por influenciar diretamente as relações brasileiras pré-existentes com a China durante a Guerra Fria. A hipótese norteadora desta indagação propõe que o principal elemento considerado pelo governo brasileiro, para a retomada das relações com o país asiático no cenário destacado, foi a dimensão e crescente importância comercial da China, a qual poderia ser aproveitada por meio de uma aliança estratégica.

A diplomacia na década de 1960 foi marcada pelo projeto de Política Externa Independente (PEI), responsável por afastar-se do americanismo presente na América Latina, e por traçar novas relações comerciais e diplomáticas, sem compromissar-se com as ideologias exercidas por seus parceiros ou suas posições perante ao mundo bipolarizado (DANTAS, 1962).

Nesta nova circunstância política, com elementos resgatados de outros governos, como a ideologia nacional-desenvolvimentista de Vargas (1951-1954), o Brasil reconhece a prática

de barganha como uma maneira de garantir ganhos quanto aos seus interesses nacionais. A aproximação com países em desenvolvimento passou, de mesmo modo, a ganhar destaque na política externa, visto que, ao apresentarem necessidades semelhantes, novas parcerias poderiam ser formadas para encontrar soluções conjuntas.

As relações com o parceiro chinês prometiam resultados positivos, porém, fomentaram opiniões negativas de grupos mais conservadores, e colocavam o Brasil em uma posição cada vez mais delicada em relação à potência estadunidense. Foi somente com a retirada de Goulart do poder pelos militares que tais decisões acerca da política externa brasileira começaram a visualizar mudanças significativas, refletindo os interesses e ideologias do novo regime que se estabelecia (MANZUR, 1999).

O cenário do sistema internacional bipolarizado da Guerra Fria, antes aproveitado como um espaço para o desenvolvimento da Política Externa Independente (PEI) e a busca imparcial por parceiros comerciais, tornaria o Brasil completamente dependente das posições estadunidenses após o Golpe de 1964. O rompimento das relações sino-brasileiras durante o período militar, bem como o resgate da relação de subordinação ao americanismo, seriam gradualmente revertidos a partir da reabertura política iniciada no governo Geisel na década de 1970 (FARIA, 2018).

Após assumir a presidência, Ernesto Geisel batizou a política externa de seu governo de Pragmatismo Ecumênico e Responsável, revelando um rumo mais flexível para a diplomacia brasileira. Esta nova política dispunha de uma natureza mais independente e autônoma, a qual buscava afastar-se dos limites estreitos colocados pelo sistema bipolar da Guerra Fria e do próprio alinhamento automático com a potência estadunidense.

É neste contexto que o Brasil passou a abrir-se lentamente em direção ao restabelecimento das relações sino-brasileiras, reconhecendo novamente a substancialidade de uma política externa menos dependente dos Estados Unidos, e a relevância do parceiro chinês destinada aos interesses nacionais (PINHEIRO, 1993; SPEKTOR, 2004).

Visando atingir melhores resultados, o projeto de pesquisa foi realizado por meio da análise qualitativa de dados fornecidos por estudos de caso prévios. Isto é, faz-se um balanço das produções acadêmicas brasileiras principais no campo da história da política exterior do Brasil, identificando argumentos acerca da relação entre o rompimento do alinhamento automático e a retomada das relações sino-brasileiras durante o governo Geisel. Tal metodologia é de suma importância para o campo das Relações Internacionais, uma vez que permite uma análise mais aprofundada acerca de elementos que compõem o meio interno e

externo de um país, e como estes passam a influenciar decisões e posicionamentos perante o sistema internacional (KLOTZ; PRAKASH, 2008).

Diferentemente da análise quantitativa, o enfoque qualitativo não requer uso de dados estatísticos, possui caráter descritivo e seu principal objetivo é garantir uma interpretação do fenômeno de estudo que apresente qualidade e riqueza de informações (FREITAS; JABBOUR, 2011). De acordo com Liebscher (1998), a abordagem qualitativa se torna viável quando o objeto de estudo apresenta maior complexidade, é de natureza social e de difícil quantificação, como é o caso desta pesquisa, de cunho mais histórico.

Além disso, a metodologia permite, de mesmo modo, avaliar as políticas externas adotadas por Estados, destacando as causalidades por trás de cada decisão e os objetivos declarados por cada governo. Este é um ponto de extrema importância para esta pesquisa, pois auxiliará no estudo da evolução da política externa e das relações sino-brasileiras no período pré e durante o Regime Militar, estabelecendo assim um cenário de comparação e contextualização para as mudanças observadas no governo Geisel.

Estruturalmente, o trabalho está dividido em três principais capítulos, cada um abordando aspectos específicos da política externa brasileira em diferentes períodos e relações bilaterais importantes. No Capítulo 1, intitulado "Política Doméstica e Política Externa Brasileira nas décadas de 60 e 70", são exploradas as interações entre a política interna brasileira e seus comportamentos no âmbito internacional durante os governos de Jânio Quadros, João Goulart e, posteriormente, de todo o Regime Militar.

O Capítulo 2, intitulado "Relação Brasil-Estados Unidos", se dedica a analisar em profundidade a dinâmica das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, destacando momentos de cooperação e tensão ao longo do tempo, e analisando as principais influências do alinhamento automático durante o Regime Militar nas decisões externas brasileiras.

Já o Capítulo 3, "Relação Brasil-China", concentra-se nas relações bilaterais entre o Brasil e a China, explorando os aspectos econômicos, políticos e culturais que influenciaram sua trajetória. São analisados os principais períodos de aproximação e afastamento durante a Guerra Fria, com ênfase no papel do alinhamento automático aos Estados Unidos nessa dinâmica. Adicionalmente, são examinados os fatores que impulsionaram a retomada das relações sino-brasileiras durante o governo Geisel, com especial atenção para a adoção de uma postura mais independente em relação aos Estados Unidos, decisão que desempenhou um papel crucial nesse processo.

Por fim, as Considerações Finais, aprofundam a compreensão da recuperação das relações sino-brasileiras durante o governo Geisel, destacando a influência do fim do

alinhamento automático neste processo. O principal objetivo é argumentar a hipótese central do trabalho, que coloca que esta retomada foi impulsionada, principalmente, por motivos econômicos. Fora analisados diversos autores e seus principais argumentos sobre o tema, permitindo comparações para identificar semelhanças ou diferenças nos dados políticos, históricos e econômicos apresentados que comprovem, ou não, a hipótese levantada.

## **1. CAPÍTULO 1. POLÍTICA DOMÉSTICA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970**

### **1.1. A Política Externa Independente nos governos de Jânio Quadros e João Goulart**

Os governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), conhecidos pela parceria política Jan-Jan, protagonizaram o período de desenvolvimento da Política Externa Independente (PEI) na década de 60, garantindo um interessante posicionamento do Brasil dentro da dinâmica bipolarizada da Guerra Fria. Tal projeto diplomático seria reconhecido por resgatar e combinar aspectos de governos passados, como a ideologia nacional-desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek, a qual previa o uso do poder de barganha como principal ferramenta na negociação de parcerias internacionais (VIZENTINI, 1998).

Ainda que o governo de Jânio Quadros tenha sido breve em sua duração, visto sua deposição após sete meses de sua posse, sua busca por uma atuação brasileira mais independente e centrada nos interesses nacionais e necessidades econômicas internas, seria rapidamente retomada durante a política externa de seu sucessor João Goulart. Os poucos meses de seu curto governo, todavia, não impossibilitaram uma atuação diplomática caracterizada como progressista, inovadora e paradigmática em relação à época delicada em que o Brasil se encontrava (CHAIA, 1992; QUELER, 2014).

O início do governo de Jânio Quadros (UDN<sup>1</sup>) fora sustentado pelo apoio de sua base partidária conservadora, fortalecendo assim sua trajetória política de centro-direita, a qual era diretamente influenciada pelo alinhamento às políticas estadunidenses e o combate ao comunismo. Esperava-se, portanto, que as decisões de Jânio visassem uma política externa alinhada aos interesses do Bloco Ocidental, em especial à potência estadunidense, agradando, assim, seus apoiadores e, ao mesmo tempo, garantindo um posicionamento ideológico brasileiro que abraçasse seu papel dentro de uma zona de influência capitalista (MANZUR, 2014).

Considerado como um governo bastante contraditório, o projeto de política externa desenvolvido por Quadros tomaria um sentido completamente contrário às expectativas e posições políticas de seu partido. A Política Externa Independente (PEI), estruturada por

---

<sup>1</sup>Partido União Democrática Nacional, fundado em 1945, e reconhecido por sua orientação conservadora

Quadros e o chanceler Afonso Arinos, e posteriormente sistematizada por San Tiago Dantas<sup>2</sup> em 1962, reconhecia a possibilidade de uma terceira posição frente à Guerra Fria, sendo esta baseada na neutralidade ideológica e não-dependência às prioridades estratégicas dos Estados Unidos (MANZUR, 2014).

De acordo com os autores Khalil e Alves (2014), a Política Externa Independente, além de recuperar as ideias nacionais-desenvolvimentistas da década de 1950, colocava-se como uma novidade por melhor verbalizá-las em termos de política externa. Logo, buscava-se priorizar as necessidades nacionais - como a superação do déficit exportuário, a industrialização e desenvolvimento econômico interno - e, da mesma maneira, posicioná-las como principal objeto norteador das decisões de cunho diplomático.

Para que tais propósitos fossem atingidos por parte do governo brasileiro, notou-se que era indispensável o universalismo, ou seja, a recuperação e diversificação de parceiros comerciais internacionais, uma vez que, com a busca destas relações comerciais, novas rotas de exportação e investimentos estrangeiros se tornariam mais acessíveis para o mercado nacional. Desta maneira, nenhum Estado, mesmo que socialista, poderia ser subjugado por suas ideologias e ideais, de forma que fosse ignorado seu potencial como parceiro internacional, o que implicaria em um posicionamento brasileiro de equidistância, pragmatismo e não alinhamento perante ao embate Leste-Oeste (AVILA 2023; VIANA, 2009).

É por meio deste entendimento que o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com países socialistas aliados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como a República Popular da China, e buscou aproximar-se cada vez de seus países vizinhos. Segundo Avila (2023, p.3), entendia-se a importância de “convergência e afinidades eletivas” com os demais governos da América Latina de cunho nacional-desenvolvimentista, especialmente com a Argentina no governo de Arturo Frondizi (1958-1962).

Cabe ainda destacar que o governo brasileiro reconhecia a possibilidade da construção de uma atuação internacional mais influente, pautada na posição do Brasil como maior país da América Latina, no fortalecimento da cooperação Sul-Sul e na atenuação da pressão hegemônica estadunidense. A PEI passou a reconhecer a imprescindibilidade das relações diplomáticas plurais e da criação de uma consciência comum entre países em desenvolvimento, principalmente nações da África e Ásia, visto que, ao compartilhar impasses e interesses

---

<sup>2</sup>San Tiago Dantas foi Ministro das Relações Exteriores no período de setembro de 1961 à julho de 1962, sendo precedido e sucedido por Afonso Arinos

semelhantes, poderiam empenhar-se conjuntamente em prol do desenvolvimento social-econômico e da luta anticolonialista (BESERRA, 2018; LIMA, 2006).

Em mensagem ao Congresso Nacional na Abertura da Sessão Legislativa de 1961, Quadros expressou suas ambições quanto ao Brasil em sua fala:

Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância, País disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico [...] o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação (Presidência da República, Jânio Quadros, 1961. *In: Discursos Seleccionados do Presidente Jânio Quadros*, FUNAG, 2010, p.19).

Em termos de diretrizes gerais, a PEI vislumbra uma inserção brasileira no plano internacional mediante à adoção dos seguintes pontos, sistematizados por San Tiago Dantas (1962):

- 1) Respeito aos compromissos e à posição tradicional do Brasil no mundo livre;
- 2) Ampliação dos contatos com todos os países, inclusive os do mundo socialista;
- 3) Contribuição constante e objetiva à redução das tensões internacionais, quer no plano regional, quer no mundial
- 4) Expansão do comércio externo brasileiro;
- 5) Apoio decidido ao anticolonialismo;
- 6) Incremento das relações com a Europa, em todos os planos;
- 7) Luta contra o subdesenvolvimento econômico;
- 8) Reconhecimento e atribuição da devida importância aos interesses e aspirações comuns ao Brasil e às Nações da África e da Ásia;
- 9) Estabelecimento e estreitamento de relações com os Estados africanos;
- 10) Fidelidade ao sistema interamericano;
- 11) Continuidade e intensificação da Operação Pan-Americana;
- 12) Apoio constante ao programa de Associação do Livre Comércio Latino-Americano;

13) A mais íntima e completa cooperação com as Repúblicas irmãs da América Latina, em todos os planos;

14) Relações de sincera colaboração com os Estados Unidos, em defesa do progresso democrático e social das Américas;

15) Apoio decidido e ativo à Organização das Nações Unidas para que ela se constitua na garantia efetiva e incontestável da paz internacional e da justiça econômica.

Em razão da busca pelo estreitamento das relações entre Brasil e China, em especial, as relações comerciais e diplomáticas, o então vice-presidente João Goulart, a pedido de Jânio Quadros, chefiou uma missão comercial à República Popular da China em agosto de 1961. A visita ao parceiro chinês seria acompanhada pelo diplomata Araújo Castro, que, em seus registros pessoais, demonstrou-se surpreendido pelo ritmo de desenvolvimento do parceiro comercial e de seu potencial para o comércio exterior brasileiro (VARGAS, 2013).

O comparecimento às reuniões diplomáticas possibilitou que Goulart dialogasse pessoalmente com o líder chinês Mao Tsé-Tung, o qual saudou a presença do vice-presidente em seu país: “É um prazer poder vê-lo aqui. Se a situação mundial se desenvolver rapidamente, eu também poderei vê-lo no Brasil. A partir das relações econômicas, podemos dar um passo adiante no desenvolvimento das relações políticas” (Registros de Mao Tsé-Tung, 1961, p. 9) .

Apesar da recepção diplomática e dos novos projetos comerciais, o diplomata Castro destacava a incompatibilidade dos valores chineses em relação aos valores brasileiros, buscando assim esclarecer que o modelo comunista, apesar de demonstrar-se eficiente dentro da dinâmica chinesa, não poderia ser cogitado ou aplicado no Brasil. A missão comercial à China já se destacava negativamente em meio à direita brasileira, o que colocava sob responsabilidade do diplomata mediar e evitar falas comprometedoras (VARGAS, 2013).

Apesar do contato direto de Araújo Castro com Goulart e suas instruções em relação à política externa, uma viagem solitária de João Goulart à Xangai possibilitou que o mesmo destinasse elogios e admirações à revolução chinesa. Já em Brasília, Jânio instaurava uma tensão política ao conceder ao líder de Cuba Ernesto Che Guevara a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração do Brasil, em razão de suas conquistas na Revolução Cubana de 1959 (VARGAS, 2013).

Em meio a uma forte onda de repressão pública, advinda, principalmente, da ala direita-conservadora, composta desde populares até políticos e militares da época, Jânio Quadros enviou sua carta de renúncia ao Congresso Nacional em 25 de agosto de 1961.

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo (Jânio Quadros, 1961. *In: Discursos Seleccionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: FUNAG, 2010, p.33).

Ainda em visita à China, Goulart foi informado da renúncia, e assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961. O governo de João Goulart (1961-1964) herdaria não somente a Política Externa Independente, como também a forte polarização e oposição política domésticas que nela estavam centradas. Em razão de seu compromisso com a continuidade da PEI, San Tiago Dantas assumiu o Ministério das Relações Exteriores, tornando-se o principal responsável pela sistematização da mesma.

Além da manutenção das relações sino-brasileiras e da expansão da cooperação Sul-Sul, o período da política externa de Goulart e Dantas fora marcado por grande cordialidade quanto aos assuntos concernentes a Cuba. O posicionamento brasileiro de não ruptura das relações diplomáticas pós Revolução Cubana, bem como a busca por resoluções pacíficas para a Crise dos Mísseis de 1962, demonstravam os esforços do governo em fortalecer as relações com a ilha caribenha (VIANA, 2009).

Simultaneamente, aumentava-se o desconforto e a desconfiança estadunidense, visto que a aproximação de países latino-americanos às ideologias do Bloco Oriental poderiam culminar em cenários políticos similares aos de Cuba no continente. A opinião pública de opositores acompanhavam as preocupações dos Estados Unidos em relação ao futuro político do Brasil, reforçando socialmente a retórica da ameaça comunista que encobria o país. Parte da mídia, por sua vez, colaborava diretamente para a dissipação de tais ideais, muitas vezes retratando o cenário político da época de maneira hiperbólica, como pode ser visualizado no artigo jornalístico “Presidente Goulart será deposto em breve” (1964) de Júlio de Mesquita, diretor do jornal “O Estado de São Paulo (MESQUITA, 1964).

No documento, Mesquita destacava a afinidade que o governo supostamente tinha com militantes de extrema esquerda, os quais estavam de prontidão para assumir o controle do país e convertê-lo em mais um fantoche comunista. Para o jornalista, tal cenário poderia ser somente revertido com a deposição de Goulart, e que, caso o governo brasileiro viesse a ser comandado por uma “ditadura esquerdista”, haveria a possibilidade do desencadeamento de uma guerra atômica entre as grandes potências (MESQUITA, 1964).

Os opositores de Goulart reconheciam que, ao construir sua imagem como um político de extrema esquerda em plena Guerra Fria, a população mais conservadora passaria não

somente a questionar o governo vigente, como também desejar sua deposição. Os movimentos internos contra o governo de Goulart, bem como a repercussão de suas decisões em temas internacionais, colaboraram para que a discussão se estendesse externamente (MANZUR, 1999).

O temor pelo possível estreitamento de relações com o Bloco Socialista, levou a potência capitalista a confeccionar a Operação Brother Sam, a qual oferecia suporte aos conspiradores brasileiros conservadores e previa, posteriormente, auxílio ao Golpe de 64 com a utilização da Força Aérea e Marinha estadunidense (DE FARIA, 2018).

Resumidamente, a mesma estratégia diplomática a qual instigava Quadros e Goulart, fora, da mesma maneira, a ruína de seus mandatos e projetos de política externa. A aproximação com os países socialistas não fora vista com bons olhos por parte da população, da mídia, dos militares, e até mesmo dos próprios políticos, uma vez que a herança de alinhamento com os Estados Unidos, bem como o medo da iminente ameaça comunista, regulavam expectativas opostas quanto às ações de Quadros (FARES, 2017).

Com a renúncia de Quadros e a eclosão do Golpe de 1964, o qual depôs João Goulart em 31 de março de 1964, a política externa brasileira iniciaria um processo de desgaste e reavaliação por parte dos militares, como o próprio abandono da PEI e de seus princípios de universalismo (FARES, 2017).

Não obstante ao declive da Política Externa Independente após a deposição de João Goulart, é notável como a recuperação das relações sino-brasileiras fez-se extremamente importante para a idealização e aplicação desta estratégia diplomática durante os quatro anos da parceria Jan-Jan. O estreitamento da parceria comercial com a China demonstrava a efetivação dos principais objetivos da PEI, como a atuação independente brasileira frente ao embate ideológico capitalismo x socialismo, a priorização das necessidades econômicas nacionais e a busca pela aproximação aos países em desenvolvimento.

No Capítulo 3 deste trabalho, será analisado com mais detalhes como e porquê essa parceria sino-brasileira se desenvolveu ao longo dos anos, e quais foram seus impactos econômicos, políticos e estratégicos.

## 1.2. A Política de Alinhamento Automático no Regime Militar

Após a instauração do Regime Militar em 1964, período autoritário e antidemocrático que estendeu-se até 1985, o primeiro presidente militar, Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), assumiu o poder, iniciando um processo de revisionismo da política externa brasileira. Em seu segundo discurso oficial, datado no dia 31 de Julho de 1964, o militar proferiu duras críticas aos preceitos da PEI, em especial ao neutralismo, à independência e ao falso nacionalismo dos governos de Quadros e Goulart, o que demonstraria suas intenções quanto ao novo rumo das relações internacionais brasileiras (SILVA, 1999; LUIZ, 2011).

Segundo Castelo Branco, o neutralismo manifestava-se por meio de características como passividade, falta de determinação, imaturidade emocional e ignorância da realidade internacional, enquanto o nacionalismo havia se disfarçado em favor dos sistemas socialistas, além de ter ocasionado tensões internas e gerado contradições desnecessárias na política externa brasileira (SILVA, 1999).

Já a postura de independência, principal elemento norteador das políticas externas de Quadros e Goulart, passou a ser visualizada como inadequada ao contexto de confronto bipolar entre os dois principais centros de poder político-ideológico. Em seu discurso, Castelo Branco apontou, pela primeira vez, a questão da interdependência, elemento que, mais tarde, daria nome ao seu projeto de política externa (SILVA, 1999).

(...) a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poder defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem de ser necessariamente associativa. (...). O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, o da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental (Castelo Branco, 1964. *In*: Ministério das Relações Exterior. A política exterior da Revolução Brasileira. Seção de Publicações, 1966, p.2).

Reconheceu-se, portanto, a inevitabilidade de uma relação de interdependência com o Ocidente, em especial com a potência estadunidense, como ponto estratégico relacionado à manutenção da segurança nacional, o que acabaria por colocar os interesses nacionais brasileiros em uma posição de subordinação à esta ótica geográfica. Neste sentido, Castelo Branco introduziu sua teoria de círculos concêntricos no ano de 1965, a qual previa os três principais espaços de atuação internacional brasileira, utilizando não mais as relações comerciais como principal foco da política externa, mas sim a busca por segurança. Tais círculos foram denominados pelo autor Golbery do Couto e Silva (1967) como “império brasileiro”, “moldura continental” e “mundo além-mar” (SIMÕES, 2009).

O “império brasileiro” referia-se ao modelo de ação brasileiro na América Latina, seus objetivos centrais pautavam a questão de segurança associativa, prevendo assim o afastamento das ameaças comunistas que circundavam seus vizinhos sul-americanos; a manutenção da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), garantindo maior cooperação e integração econômica entre os países da América Latina, e, por fim, o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA), reforçando ainda mais a ótica de que as ações brasileiras deveriam seguir uma lógica geográfica americanista (SILVA, 1999; SIMÕES, 2009).

Já a “moldura continental” expandia as ações brasileiras a nível continental, ressaltando o pan-americanismo, a inquestionável hegemonia estadunidense sob o território, bem como a própria retórica de desenvolvimento brasileiro associado à potência. Para Castelo Branco, “o Brasil e a grande nação norte-americana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política de uma amizade recíproca”, e, portanto, o alinhamento com os Estados Unidos e o apoio aos seus respectivos objetivos hemisféricos foram compreendidos na época como uma posição necessária tanto ideologicamente, como economicamente (SILVA, 1999; SIMÕES, 2009).

O “mundo além-mar” fazia menção aos assuntos reservados para as regiões além do continente americano, e, como mencionado anteriormente, as ações do governo brasileiro neste espaço tornaram-se cada vez mais influenciadas pelo posicionamento estadunidense. As relações com países socialistas caminhavam para o pragmatismo, com tendências ao afastamento e rompimento total, como fora o caso da ruptura de relações diplomáticas com Cuba no ano de 1964, e o gradual afastamento das relações sino-brasileiras após a prisão, seguida de expulsão, de nove cidadãos chineses acusados de atividades ilegais revolucionárias em território brasileiro (SIMÕES, 2009; DA COSTA, 2022).

Em linhas gerais, o primeiro governo do Regime Militar fora responsável por estabelecer os principais parâmetros da Política de Alinhamento Automático (PINHEIRO, 1993), estratégia que fez-se marcante até o governo de Geisel. O apoio prévio estadunidense ao golpe militar brasileiro, assim como a busca pelo combate à ameaça comunista, utilizada fortemente como uma justificativa favorável ao Regime Militar, condenavam o Brasil a seguir uma política de alinhamento incondicional aos Estados Unidos.

Vale ressaltar que além das questões ideológicas e de segurança que regiam a aproximação com os Estados Unidos, havia uma necessidade econômica urgente de atrair investimentos estrangeiros significativos para impulsionar a economia brasileira. Com a crise econômica no final do governo de Goulart, a equipe de Castello Branco via nos investimentos

estrangeiros uma maneira crucial de revitalizar a economia, dada a insuficiência da poupança interna (SILVA, 1999).

No cenário pós-golpe, a única fonte disponível para grandes deslocamentos de investimentos era o próprio Estados Unidos, uma vez que, o desenvolvimento e a manutenção de uma economia minimamente saudável no Brasil colaborariam para a estabilidade do Regime Militar, cenário que apresentava importância para o governo estadunidense, visto seu apoio e interesse em manter governos de direita na América Latina (SILVA, 1999).

O governo de Costa e Silva (1967-1969), que sucedeu Castelo Branco e representou o segundo governo do Regime Militar, reintroduziu "teses mais nacionalistas ao modelo de desenvolvimento" (PINHEIRO, 2004, p.40), o que resultou na revitalização das abordagens de uma política externa voltada para a obtenção de recursos no exterior, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial do país. Por visualizar um objetivo de ganhos econômicos ao Brasil, a política externa de Costa e Silva seria nomeada como a "Diplomacia da Prosperidade" pelo chanceler Magalhães Pinto, e marcaria algumas importantes mudanças em relação ao governo anterior (LUIZ, 2011).

No cenário internacional, o início do processo de aproximação econômica entre a URSS e os EUA na década de 70 fora responsável por nortear as discussões em uma lógica norte-sul, e não mais leste-oeste. Em outras palavras, reconhecia-se cada vez mais a necessidade da retomada das preocupações econômicas que rodeavam países desenvolvidos, situados no Norte Global, e os países em desenvolvimento, caracterizados como Sul Global (SOUZA, 2013).

Neste sentido, o governo brasileiro passou a acompanhar a retomada do discurso terceiro-mundista, pautada no nacionalismo e na preocupação com o nacional-desenvolvimento. Acreditava-se no grande potencial dos fóruns multilaterais como espaços para que o Brasil garantisse destaque como principal representante da América Latina e, ao mesmo tempo, negociasse parcerias para atender às necessidades econômicas internas (SOUZA, 2013).

De acordo com a autora Letícia Pinheiro (2004), apesar do certo afastamento da priorização da "fraternidade norte-americana" e da adoção do discurso nacional-desenvolvimentista como principal pautador das decisões externas, o alinhamento político e militar com o Ocidente não foi descartado em nenhum momento.

Internamente, o governo de Costa e Silva simbolizou o início do período linha-dura, o qual intensificou a repressão à oposição ao regime e, portanto, a perseguição aos acusados de subversão e de apoio à propagação do comunismo no país. Logo, a lógica de combate ao comunismo ainda delimitava as novas parcerias econômicas que viriam a ser buscadas pelo

governo brasileiro, fato que se comprova ao notar que a multilateralização de parceiros da época buscou o fortalecimento das relações com outros países do Ocidente, como a Alemanha Ocidental (MIYAMOTO, 2014)

A política externa durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que sucedeu a administração de Costa e Silva, fora reconhecida como a “Diplomacia do Interesse Nacional”, e carregava consigo a principal articulação do governo em sua projeção internacional: o “Projeto Brasil Potência”. A busca pelo desenvolvimento econômico e industrial do Brasil da administração anterior seria continuada, mas agora com um objetivo claro de elevação do país da posição de nona para a oitava economia do mundo ocidental (CREMA, 2019).

Segundo Vizentini (1998), a política externa do governo Médici tinha como objetivos principais: 1) impulsionar a exportação de produtos primários, especialmente diante das dificuldades no mercado global, destacando a importância de manter laços com a Europa, China e Japão; 2) buscar mercados para serviços e produtos manufaturados devido à industrialização recente, tornando essenciais os vínculos com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia; 3) atrair investimentos em capital, tecnologia e maquinaria, promovendo relações positivas com países do Norte capitalista, especialmente com os emergentes polos europeu e japonês, além do Campo Soviético; 4) garantir um suprimento contínuo de petróleo, destacando a importância de se aproximar do Oriente Médio.

A diplomacia da época, portanto, passou não somente a cogitar um enfoque mais realista e pragmático dirigido ao interesse nacional, como também a questionar o quão benéfico o alinhamento automático aos Estados Unidos era para o Brasil. Na prática, de acordo com Souto (2010), o corpo diplomático acreditava que uma aproximação com os EUA, em termos de alinhamento incondicional, implicaria na completa submissão aos interesses norte-americanos, podendo ocasionar tensões com os países vizinhos da América do Sul, e afastar possíveis benefícios comerciais significativos para o Brasil.

Para que fosse possível garantir uma maior multilateralização de parceiros comerciais, reconhecia-se que, além de uma abordagem externa menos vinculada às ideologias e o embate leste-oeste, era necessário tratar a relação com os Estados Unidos de uma forma mais orgânica, ou seja, sem buscar automaticamente um alinhamento completo ou adotar uma postura de confronto radical. Sendo assim, a postura brasileira frente aos EUA passou a se pautar na tentativa de afirmar a autonomia do país no cenário internacional, possibilitando uma atuação mais independente da política externa brasileira (MARTINS, 1975).

Vale notar que a política externa de Médici serviu como uma base sólida para as políticas externas subsequentes, e estabeleceu fundamentos que seriam melhor aproveitados e aprimorados durante o governo de Geisel. Ao estabelecer a indispensabilidade de reconhecer os potenciais comerciais de diversos países ao longo do globo, o governo Médici abriu espaço para novas discussões que seriam continuadas no governo sucessor, o que garantiria a busca pelo reatamento e expansão de relações com outros países.

Deve-se destacar o papel da política africana do Brasil da época, a qual buscava fortalecer laços com países africanos por meio de uma maior presença e influência nas organizações regionais africanas, como a Organização da Unidade Africana (OUA), bem como o início das negociações que ocasionaram na retomada das relações sino-brasileiras no governo de Geisel (CREMA, 2019).

### 1.3. O Pragmatismo Ecumênico e Responsável no Governo Geisel

O governo de Ernesto Geisel (1974-1979), marcado por uma combinação do autoritarismo característico do Regime Militar, com tentativas de liberalização controlada no processo de reabertura política, enfrentaria novas tendências geopolíticas e econômicas na década de 70 que influenciaram o revisionismo da política externa de alinhamento automático aos Estados Unidos. Pode-se inferir, portanto, que o processo de transição da política externa brasileira durante seu governo fora diretamente correlacionado com a “necessidade de adaptações na inserção do país no panorama internacional de modo a fazer face às suas novas demandas” (PINHEIRO, 1993, p.1).

Mediante ao aumento do preço do petróleo pelos países da OPEP no final do ano de 1973, em média de 3 para 12 dólares o barril, o sistema internacional passou a enfrentar severas consequências econômicas diretamente relacionadas ao choque do petróleo. O período de recessão econômica se tornaria um cenário propício para a aplicação de fortes políticas protecionistas pelos países desenvolvidos, ação que afetaria severamente o mercado internacional e, por consequência, o comércio exterior do Brasil (PINHEIRO, 1993).

A garantia de preços justos para *commodities*, produtos exportados, em suma maioria, por países em desenvolvimento, tornava-se cada vez mais insustentável, enquanto a compra de manufaturados, produtos importados em grande quantidade por estes países, sofria aumentos significativos de preços. Desse modo, além dos riscos de quebra no abastecimento de petróleo, o governo de Geisel enfrentaria não somente grandes déficits na balança comercial brasileira, como também novos desafios para o desenvolvimento econômico interno, cenário que necessitaria, mais do que nunca, de um realinhamento da política externa vigente (VIZENTINI, 1998).

Internamente, o cenário político e econômico brasileiro já apresentava desgastes relacionados ao Regime Militar, o qual completava dez longos anos de duração. A presença ininterrupta de movimentos sociais e de resistência civil que desafiavam a autoridade do regime, somada ao processo de divisão dentro do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), um dos principais pilares de sustentação da estrutura política na ditadura militar, fomentaram grandes instabilidades que acompanhariam a reabertura política lenta e gradual de Geisel (SADDI, 2003).

O declínio do Milagre Econômico (1967-1973), período conhecido por grandes taxas de crescimento do PIB, o qual chegava em média a 11% ao ano, denunciava o alto preço que viria a ser pago pelos anos de endividamento causados pela desenfreada captação de recursos

do exterior por meio do crédito externo. Antes, o alto índice de crescimento econômico, utilizado como uma retórica favorável ao Regime Militar, agora passaria por seu momento de ruína, revelando as inconsistentes ações tomadas pelos governos anteriores e a situação insustentável do endividamento externo brasileiro (BELLINGIERI, 2005).

Na primeira reunião ministerial de seu governo, datada em 19 de março de 1974, o presidente Geisel descreveu como as novas tendências na década de 70 exigiram adaptações por parte do governo brasileiro:

(...) drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial- como a grave crise de energia, escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade do sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de uma nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais (...) que intranquilizaram a vida das nações, (...) determinarão sérias repercussões no panorama nacional (...). E, se temos forçosamente que nos adaptar àquelas circunstâncias externas (...), devemos não só aperfeiçoar mecanismos institucionais de coordenação do desenvolvimento e segurança, mas, por outro lado, atender a novos objetivos e novas prioridades que decorram, naturalmente, do estágio de progresso mais elevado já alcançado pelo país (Ernesto Geisel, 1974. In: Biblioteca da Presidência da República, 1974, p.1).

É indispensável citar que, a fim de contornar as problemáticas econômicas internas corroboradas pelo cenário econômico internacional desvantajoso na década de 70, tanto os Estados Unidos, quanto a União Soviética, passaram a adotar a política de *détente*, a qual é reconhecida no campo das Relações Internacionais por ser uma política de afrouxamento e/ou distensão nas relações entre nações ou governos que passaram por períodos de grande tensão (MUNHOZ; ROLLO, 2014).

Tal mudança de posicionamento por parte da potência estadunidense, possibilitaria e influenciaria o governo brasileiro a almejar a diversificação de suas relações exteriores, estratégia que seria primeiramente cotada para a negociações de novos empréstimos internacionais destinados ao financiamento do desenvolvimento econômico interno e a manutenção de uma balança de pagamentos artificialmente saudável (PINHEIRO, 1993).

Em meio a este cenário, a reformulação da política externa brasileira no governo de Geisel seria convertida, posteriormente, em um novo projeto que determinaria as diretrizes de política externa em seu governo, o qual seria nomeado pelo ministro da Fazenda brasileiro, Antônio Delfim Netto, como “Política de Pragmatismo Ecumênico e Responsável”.

O objetivo central do pragmatismo responsável de Geisel seria garantir um certo equilíbrio na busca por vantagens e novas parcerias comerciais, de modo que as relações com os demais países poderiam ser acordadas independente dos posicionamentos ideológicos, desde

que o governo brasileiro ainda mantivesse certa cautela com sua imagem dentro da dinâmica da Guerra Fria (VIZENTINI, 1998; MIYAMOTO, 2014).

A nova política externa era considerada um pragmatismo “ecumênico” pois almejava preencher os “vazios diplomáticos” deixados pelos regimes anteriores a partir de “um relacionamento diplomático aberto a todos os países do mundo, sem tabus ideológicos, respeitados apenas os interesses nacionais das partes” (MAIOR, 2018, p. 244). E também “responsável”, pois tanto os formuladores, quanto condutores da política externa, não podiam levar a política externa de Geisel a novos rumos que destoassem excessivamente dos governos anteriores (MAIOR, 2018).

E, por último, era descrita como “pragmática”, uma vez que compreendia “as prioridades internacionais do país, em seguida ao golpe de 1964, eram excessivamente estreitas para o mundo de 1974 e chegara a hora de guiar-se mais firmemente pelo ‘interesse nacional’” (SPEKTOR, 2004, p. 76). Tornava necessário “resgatar preocupações mais antigas, profundas e adequadas com o desenvolvimento nacional”, sendo que tais preocupações, “e não a natureza do regime, definiriam as amizades e as associações do país” (SPEKTOR, 2004, p. 77).

É a partir do Pragmatismo Responsável e Ecumênico que Ernesto Geisel e sua equipe procuraram ampliar as relações diplomáticas e comerciais do Brasil para além dos tradicionais parceiros ocidentais. A prioridade exclusiva destinada à parceria comercial com os Estados Unidos já não era mais correspondente às necessidades econômicas brasileiras e, apesar do esforço brasileiro em aumentar a venda de manufaturados para os EUA, havia ficado evidente que o comércio bilateral por si só não seria capaz de satisfazer tais demandas (VIZENTINI, 1998).

Outro ponto de certo atrito para as relações com os Estados Unidos foi, no ano de 1978, o rompimento do Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, que havia sido assinado em 1952. O entrave iniciou-se quando o conselheiro para assuntos políticos da embaixada estadunidense, David Simcox, entregou ao Itamaraty um memorando informal e um relatório do Departamento de Estado dos EUA ao Congresso em 4 de março de 1977, que avaliavam negativamente a situação dos direitos humanos durante o Regime Militar (ARAÚJO, [s.d.]).

No dia seguinte, em carta entregue pelo secretário-geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao embaixador norte-americano, o governo brasileiro rejeitou uma oferta de ajuda militar de 50 milhões de dólares dos EUA para o ano fiscal de 1977-1978. Apenas seis dias

depois, por meio do Decreto nº 79.376, o presidente Geisel denunciou o Acordo Militar de 1952<sup>3</sup> e, como consequência, firmou o rompimento do acordo um ano depois (ARAÚJO, [s.d.]).

Tais eventos destacaram cada vez mais a necessidade de uma abordagem mais autônoma, em contraponto à tradicional dependência dos Estados Unidos, e isto só poderia ser alcançado através do multilateralismo econômico. Como resultado, o Brasil passou a fortalecer e estabelecer novas relações diplomáticas e econômicas, buscando manter sua presença em todas as regiões ao longo do globo.

Com o desenvolvimento de novos polos de poder capitalista como a Europa, o Japão e o Canadá, o Brasil pode ter suas possibilidades ampliadas, encontrando novas alternativas aos Estados Unidos. Na Europa Ocidental destacaram-se os empréstimos concedidos pelos bancos britânicos, o desenvolvimento de diversos projetos de cooperação nas áreas de navegação, transportes, petroquímica e navegação; e a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha (OLIVEIRA, 2005; VIZENTINI, 1998).

A América Latina, por sua vez, também fora cenário de significativas ações por parte do governo brasileiro, como a busca pela trégua com a Argentina no conflito das usinas hidrelétricas de Corpus e Itaipu, o desenvolvimento do projeto da Lagoa Mirim com a parceria do Uruguai e a manutenção das relações já desenvolvidas com o México, Venezuela e Colômbia (VIZENTINI, 1998).

À luz da crise de abastecimento do petróleo, o governo de Geisel decidiu desenvolver uma maior aproximação com os países do Oriente Médio, fornecendo produtos primários em troca de petróleo. Houve, de mesmo modo, o fortalecimento das relações com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, por meio da venda de armas, apoio às investidas contra Israel e acordos de cooperação científica e tecnológica (PEREIRA, 2010).

Na África, foi continuada a política africana de Médici e o apoio às independências de Angola e Guiné Bissau, bem como o fortalecimento das relações com o Congo, Gabão e Angola. Torna-se importante notar que o apoio do Brasil à independência africana nem sempre foi consistente durante os governos do Regime Militar, o governo Médici muitas vezes privilegiava relações com regimes africanos alinhados com sua visão geopolítica, especialmente aqueles que compartilhavam sua posição anticomunista (VIZENTINI, 1998).

---

<sup>3</sup> O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos assinado em 15 de março de 1952 fora um pacto de assistência militar entre ambos países. Oficialmente nomeado de Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América, o acordo previa fornecimento de material bélico estadunidense em troca de minerais estratégicos em território brasileiro.

Outro ponto de incongruência residia no fato de que, enquanto a diplomacia brasileira expressava apoio e reconhecimento às independências que ocorriam no continente africano durante a década de 70, o governo brasileiro permanecia sob o controle dos militares em um regime autoritário e repressor. Essa dualidade refletia um ponto de complexidade na política externa brasileira, onde o país buscava afirmar sua posição como defensor dos princípios de autodeterminação dos povos, ao mesmo tempo em que enfrentava críticas pela falta de democracia e por violações dos direitos humanos em seu próprio território.

No que diz respeito aos países socialistas, fora acordado o restabelecimento das relações com a China (1974) no contexto de abertura da economia chinesa; o reconhecimento do governo marxista em Angola, a expansão do comércio com a Iugoslávia mediante à exportação de café e importação de equipamentos, e, por fim, a recuperação das relações com a URSS (1975), com destaque para a parceria nos projetos da barragem e da hidrelétrica de Porto Primavera no Rio Panamá (PEREIRA, 2010, VIZENTINI, 1998).

Novamente, observa-se o papel crucial das relações sino-brasileiras, desta vez, na consecução dos objetivos centrais do Pragmatismo Responsável de Geisel. Ao restabelecer relações com o parceiro asiático, o Brasil fortaleceu sua posição como um ator global independente, capaz de sustentar sua postura pragmática e receptiva a novos mercados e cooperações no cenário internacional, ampliando assim suas oportunidades econômicas e políticas além dos laços com os Estados Unidos.

A compreensão inicial das disposições gerais das políticas externas dos governos de Jânio Quadros, João Goulart, dos presidentes do regime militar e, especialmente, do governo Geisel é fundamental para analisar as diferenças em suas orientações diplomáticas e os impactos dessas variações na visão brasileira sobre a China e as relações sino-brasileiras. A análise dessas políticas revela os contrastes entre a postura independente e de aproximação com países socialistas nos governos de Jânio e Goulart, o alinhamento automático com os Estados Unidos durante os primeiros anos do regime militar, e a transição para uma política externa mais pragmática e autônoma no governo Geisel. Esta evolução permite visualizar as transformações estratégicas empregadas por Geisel, que consolidaram uma abordagem mais assertiva e diversificada, a qual marcaria uma mudança significativa em relação às gestões anteriores do Regime Militar e a própria relação entre Brasil e China.

## **2. CAPÍTULO 2. RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS**

### **2.1. As relações Brasil e Estados Unidos na década de 50 e 60**

Em virtude do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, e, seguidamente, do início do conflito ideológico da Guerra Fria, a atuação da política externa na América Latina fez-se fortemente atrelada às influências estadunidenses a partir de 1946. Agora com o mundo bipolarizado, a busca pela manutenção de zonas de influência dos Estados Unidos condicionava os países sul-americanos a fortes vínculos econômicos, políticos e militares com a potência capitalista, os quais traziam resultados diretos para o desenrolar da diplomacia brasileira.

Ainda que a dinâmica bipolar do sistema internacional da época impusesse certas limitações, o governo brasileiro não cessou sua busca por soluções e parcerias no meio externo que pudessem promover a política de desenvolvimento econômico e industrial interno. Tal tática fora primeiramente manifestada na política nacional-desenvolvimentista do segundo governo Vargas e, posteriormente, recorrida no governo de Juscelino Kubitschek em seu ambicioso plano desenvolvimentista que ficara conhecido como “50 anos em 5” (HIRST, 2011).

No cenário imediato pós-segunda guerra, a política econômica brasileira adotou as tendências liberais que dominavam o contexto internacional da época e comportavam os princípios norteadores econômicos das grandes potências capitalistas. Fora observado, de mesmo modo, uma expansão das relações comerciais com os Estados Unidos, de modo que 60% das exportações brasileiras, em especial a exportação do café brasileiro, nos anos de 1947 a 1950, destinavam-se apenas ao mercado estadunidense (HIRST, 2011).

Porém, o setor econômica brasileira não fora o único a visualizar parcerias com o governo norte-americano, visto que em 1946, o governo Dutra (1946-1951) assegurou a Washington o apoio brasileiro na confecção do Sistema Interamericano, principal projeto que previa assegurar maior integração de todo o território americano em termos de segurança internacional (LIMA, 2013).

Em linhas gerais, de acordo com Lima (2013), o Sistema Interamericano expressava-se como uma importante estratégia estadunidense para garantir sua hegemonia sobre o que seria considerado “seu” hemisfério. As principais organizações internacionais que nasceram desta dinâmica, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), estabeleciam parâmetros de atuação e ajuda mútua para situações de intervenção ou ataque externo aos países americanos, tomando como base uma questão de solidariedade continental. Para o Brasil, a aproximação no setor de segurança

também garantiu o aumento da influência estadunidense nos treinamentos das Forças Armadas Brasileiras, bem como das atividades referentes à Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos.

Entretanto, na área de cooperação econômica, os resultados ofertados pelos Estados Unidos não supriam as expectativas do governo brasileiro, principalmente no que se dizia respeito às subcomissões da Comissão Mista Brasil/ Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, projeto que ficara conhecido como Missão Abbink. Criada em 1948, a missão buscava retomar a cooperação econômica iniciada pela Missão Cooke, e, por consequência, estimular o desenvolvimento brasileiro com a ajuda do parceiro americano (LIMA, 2013; SVARTMAN, 2014).

Apesar das promessas e ilusões de apoio norte-americano, o projeto apenas rendeu conselhos e recomendações ao governo brasileiro, como a sugestão de aumento da produtividade brasileira e maior abertura ao capital estrangeiro. Ainda assim, dois anos depois, fora instaurada, de fato, a Comissão Mista Brasil/ Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), com novas esperanças de apoio externo aos interesses nacionais brasileiros (LIMA, 2013; SVARTMAN, 2014).

É a partir do segundo governo de Vargas (1951-1954) que o governo brasileiro passou a apostar mais firmemente no apoio político-militar aos Estados Unidos como uma forma de garantir possíveis recompensas econômicas para os projetos de industrialização e desenvolvimento interno. Este posicionamento passou a ficar mais claro com a formalização do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952, o qual entrelaçou ainda mais os laços militares estabelecidos por ambas nações (SVARTMAN, 2014).

É sempre cabível destacar que o sucesso da política de barganha antes implantada no primeiro governo de Vargas (1930-1945), jamais poderia ser fielmente replicada no segundo governo graças aos diferentes contextos históricos em que estes estavam inseridos. A necessidade de apoio logístico e militar de aliados durante a Segunda Guerra Mundial garantiu que o envolvimento do Brasil no conflito desempenhasse um papel estratégico.

Reconheceu-se que, devido à busca estadunidense por seu apoio, o país dispunha de certa vantagem na mesa de negociações internacionais, manipulando-a com o intuito de barganhar benefícios para o Brasil, incluindo apoio econômico e tecnológico dos Estados Unidos. Com o final da guerra, as prioridades do governo estadunidense, que antes visavam o apoio bélico e político de outras nações, passaram a ser pouco a pouco substituídas, impossibilitando assim que o Brasil mantivesse a mesma posição privilegiada nas negociações (DALIO, 2009).

Como resultado direto deste cenário, a cooperação econômica entre os países não surtiram grandes efeitos, e o que antes poderia ser considerado uma tentativa de negociações diplomáticas, tornara-se um campo para adversidades entre ambos governos. O principal estopim fora marcado pela decisão de Vargas de restringir remessas de lucro ao exterior como uma resposta protecionista à economia brasileira, ação que somou-se a outras questões já pré-estabelecidas, como o desinteresse do governo de Eisenhower nos projetos de desenvolvimento econômico de outras nações, a pouca articulação de agências multilaterais de crédito, como o próprio Banco Mundial; e o acúmulo de débitos comerciais com os Estados Unidos (HIRST, 2011).

Observou-se, portanto, o agravamento das dificuldades para o acesso ao financiamento econômico estadunidense ao desenvolvimento brasileiro a partir do governo de Eisenhower (1953-1961). A negligência estadunidense também fora presente no pouco comprometimento com os fundos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma das principais instituições financeiras internacionais que oferecem empréstimos a fim de subsidiar projetos de desenvolvimento econômico em países em desenvolvimento de renda média (DARE, 2004).

Com o cenário pouco propício à cooperação Brasil-Estados Unidos, a Comissão Mista fora desativada no final de 1953, e o foco do governo brasileiro passou a dar um maior foco a continuidade de projetos que visassem captação de recursos internamente, como era o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), cuja criação estava sendo discutida dentro do Congresso Nacional desde fevereiro de 1952. Consequentemente, as relações com os Estados Unidos passaram a ser limitadas a questões meramente comerciais, sem qualquer envolvimento mais profundo (HIRST, 2011).

Após o suicídio de Vargas em 1954, a leitura de sua Carta de Testamento denunciava o papel das pressões internacionais, interpretadas por historiadores como estadunidenses, entre um dos fatores que o levaram a atentar contra sua vida, interrompendo abruptamente seu próprio governo. Em suma, tal ato simbólico demonstrava claramente o alto nível de interligação dos impasses internos brasileiros com as questões externas estadunidenses (HIRST, 2011).

No governo de Juscelino Kubitschek, sucessor deste momento memorável na política brasileira, resgatava-se a busca pelo desenvolvimento econômico interno e uma maior estabilidade política. Com sua eleição, o presidente Kubitschek realizou uma viagem aos Estados Unidos e às principais potências europeias buscando respaldo econômico para financiar seu projeto nacional-desenvolvimentista, articulação semelhante àquela apresentada por Vargas no início de seu segundo governo. O objetivo era retomar as discussões econômicas e inserir

novos conteúdos ao diálogo com a potência estadunidense, mas sem colocar em xeque a relação já construída por ambos (DARÉ, 2004).

Dessa forma, foram mantidos os vínculos militares e a lealdade no campo da segurança entre os dois países, o que possibilitou a ratificação acordo para o uso civil de energia atômica no Brasil, com o apoio estadunidense no fornecimento de urânio enriquecido para a construção dos primeiros reatores. Ademais, houve a instalação de um posto de observação norte-americano de foguetes teleguiados em Noronha, demonstrando ainda mais o compromisso estratégico-militar entre os dois parceiros (HIRST, 2011).

A área militar não fora a única a receber novidades nas relações entre Brasil e Estados Unidos, a partir de 1958 a importância dos fóruns multilaterais tornaram-se cada vez mais importantes na agenda internacional brasileira, visto que poderiam ser utilizados como um espaço para promover mobilização regional em torno do desenvolvimento da América Latina. Um grande destaque neste sentido fora a Operação Pan-Americana (OPA) proposta ao presidente Eisenhower em maio de 1958, projeto que incluía recomendações na área econômica, como o investimento em áreas atrasadas, programas de assistência técnica, proteção ao preço de produtos primários, e a administração recursos de organismos financeiros internacionais para o combate ao subdesenvolvimento da região. A apresentação do projeto rendeu a criação do Comitê dos 21 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), responsável por criar um espaço para que fossem discutidas as formalidades da implantação da OPA, o que acabara conduzindo a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conhecido como a primeira iniciativa institucional para o financiamento do desenvolvimento para a comunidade interamericana (HIRST, 2011).

No ano de 1959, a Revolução Cubana fomentou o medo de que “novas Cubas”, em outras palavras, novas revoluções voltadas ao sistema socialista, eclodissem ao longo da América Latina. A preocupação estadunidense da perda de suas zonas de influência levou a uma brusca mudança de direção nos assuntos interamericanas, levando ao rápido esvaziamento da OPA. Em contrapartida, o governo de Kennedy ofertava receita própria para gestar as questões econômicas da América Latina, programa de assistência ao desenvolvimento que ficaria conhecido como Aliança para o Progresso (1961) (HIRST, 2011).

Apesar da forte influência das relações com os Estados Unidos e da própria dinâmica da Guerra Fria, o corpo diplomático brasileiro ainda buscava a diversificação de seus parceiros comerciais, ocasionando em um reforço dos vínculos com nações europeias, como foram os casos da França e Alemanha. A aproximação dos contatos comerciais com a União Soviética e

os países do Leste Europeu também fora alavancada com a flexibilização das barreiras ideológicas que antes barravam-nas (LIMA, 2013).

Esta diversificação de laços econômicos externos possibilitou uma maior competição entre empresas estadunidenses e europeias, e, como consequência, a própria expansão do parque industrial brasileiro e a atração de capitais estrangeiros ao país. O comércio exterior do governo JK também abarcara a compra de bens intermediários de consumo e matérias-primas, mediante a premissa do aumento de produção de bens de capital. Esperava-se que tal postura do governo brasileiro não fomentasse motivos de inflexão com o governo americano e, portanto, para Kubitschek, ainda havia esperanças quanto a um maior apoio da potência para o desenvolvimento da América Latina (DARÉ, 2004).

Todavia, o cenário fora completamente contrário às expectativas do governo brasileiro. Além da ausência de apoio estadunidense mais uma vez, internamente houveram dificuldades no controle do déficit orçamentário e a inflação, o que levava JK a recorrer aos financiamentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial como alternativa à crise econômica. Ambas as iniciativas falharam em sua execução graças a resistências internas e desavenças com o FMI em relação a sua cartilha de política monetária e cambial para países que se beneficiam de empréstimos, cenário que desembocara no rompimento do diálogo com o organismo internacional (DARÉ, 2004).

Tais problemáticas seriam posteriormente herdadas pelos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), os quais viam o campo internacional como uma ferramenta para superar questões econômicas internas. Como discutido anteriormente, a criação e manutenção da Política Externa Independente (PEI) por ambos governos visava, em sua postulação básica, a ampliação da autonomia brasileira no plano internacional, de modo a desvencilhar-se das limitações impostas pela bipolaridade ideológica da Guerra Fria. Acreditava-se que o país deveria agir em direção aos seus interesses e outras necessidades nacionais, sem qualquer compromisso com uma postura de alinhamento automático às potências da época (VIZENTINI, 1998).

Neste período, o governo brasileiro adotara, de mesmo modo, uma política externa de identificação com outras nações subdesenvolvidas em oposição ao colonialismo e o neocolonialismo, alinhando-se ao Movimento Não-Alinhado. Em 1962, o Brasil reafirmou sua postura não-alinhada aos Estados Unidos durante a VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores Americanos em Punta del Este por não aderir ao bloqueio de Cuba, e, posteriormente, por oferecer meios diplomáticos para a resolução da Crise dos Mísseis (VIZENTINI, 1998).

Ainda que ambos os governos apostassem nesta estratégia independente, as medidas tomadas por Quadros e Goulart, tanto no campo interno, quanto externo, brasileiro pouco agradavam ao governo estadunidense. Somado aos descontentamentos relacionados à postura brasileira não alinhada, a antipatia dos EUA pelo perfil ideológico do governo brasileiro tornou-se mais evidente com as medidas protecionistas de Goulart, que prejudicavam as empresas estadunidenses instaladas no país, como restrições às remessas de lucros, apoio às desapropriações e cancelamento de concessões para exploração de recursos naturais (HIRST, 2011).

As divergências entre ambos países foram ainda mais agravadas pelas diferenças na esfera diplomática. As visitas do presidente Goulart aos Estados Unidos em abril de 1962 e de San Tiago Dantas, como ministro da Fazenda, em março de 1963, já não produziam os efeitos positivos esperados pelo corpo diplomático. Ainda que o governo Goulart tenha tentado se aproximar dos Estados Unidos em várias ocasiões para obter linhas de crédito de organismos multilaterais e bancos privados norte-americanos, as percepções negativas em Washington em relação à política externa autônoma do Brasil tornaram-se inflexíveis (HIRST, 2011).

A intensificação das preocupações imperialistas dos Estados Unidos no território latino-americano após o fracasso em derrubar e enfraquecer o governo cubano recém-instaurado, pouco deixava espaço para que o governo brasileiro tomasse atitudes que pudessem desafiar a autoridade estadunidense no campo internacional ou colocar sua posição como zona de influência capitalista em risco. Como resultado desta soma de fatores, o governo de Goulart fora forçadamente interrompido com o golpe militar em 1964, cenário que deixaria claro o poder e nível de influência estadunidense não somente no país, mas em toda a região.

## 2.2. O *Nation Building* e a Operação Brother Sam

Foi a partir da instauração do Regime Militar, em abril de 1964, que diversas especulações e teorias acerca da articulação direta estadunidense no apoio de ditaduras militares na América Latina tomaram forma dentro do Brasil. Por mais que importantes funcionários da diplomacia estadunidense no Brasil, como o próprio embaixador estadunidense Lincoln Gordon, argumentassem que as ações do governo americano limitavam-se a um simples “acompanhamento” da onda antidemocrática que atingia o continente sul-americano, fortes indícios apontavam que a influência da potência sob a política desses países poderia ser maior do que se pensava (DE LARA, 2016).

A historiadora estadunidense Phillys R. Parker (1977), pioneira na publicação de livros acadêmicos e estudos que abordam tal temática, fez-se como uma das principais responsáveis pela investigação da possível intervenção dos Estados Unidos na destituição do presidente João Goulart. Por meio de documentos sobre o Brasil disponibilizados para consulta na biblioteca presidencial, Parker descobrira, pela primeira vez, a existência da *Operação Brother Sam*, orquestrada por Lincoln Gordon e por chefes do Estado Maior dos EUA.

Em termos gerais, a operação buscava oferecer apoio necessário aos conspiradores brasileiros que apoiassem a queda do governo vigente, desde suprimentos, até mesmo a preparação da Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos, caso estas se tornassem necessárias para a concretização do movimento. Independentemente da operação ter sido desativada antes de gerar algum efeito físico no Brasil, a sua elaboração por si só comprova o caráter intervencionista do governo americano, que era comumente denunciado por setores da esquerda brasileira (DE LARA, 2016).

De acordo com a historiadora, e a partir de suas análises dos documentos oficiais, o principal fator que levou os Estados Unidos a recorrer à participação direta de suas instituições governamentais fora a brusca incompatibilidade das políticas externas dos Estados Unidos e do Brasil a partir de 1961. Destacava-se, especialmente, a preocupação do Secretário de Estado Dean Rusk em relação aos posicionamentos que o corpo diplomático brasileiro tomaria nas discussões internacionais concernentes a Cuba (PARKER, 1977).

Vale relembrar que, inicialmente, o governo brasileiro se opôs à tentativa estadunidense de garantir um aval para intervir militarmente na ilha caribenha através da OEA, postura que somou-se às demais oposições dos maiores países da América Latina, como Chile, México e Argentina, causando grande descontentamento para o governo americano que já via-se fragilizado após o fracasso na tentativa de deposição do líder Fidel Castro (DE LARA, 2016).

Antes mesmo da Operação Brother Sam, o governo estadunidense já vinha reconhecendo que sua pouca preocupação direcionada aos países de Terceiro Mundo, e sua crença de que suas zonas de influência permaneceriam em uma dinâmica de alinhamento automático, não perdurariam em meio às novas tendências na política externa brasileira de Quadros e Goulart. As prioridades estadunidenses em meio à Guerra Fria passavam por mudanças significativas à medida que o próprio sistema internacional visualizava novas estratégias no jogo entre o capitalismo e o socialismo.

No início da década de 60, o líder soviético Nikita Khrushchev (1953-1964) já modelava seu campo de ação para áreas periféricas ao longo do globo. Durante as campanhas presidenciais estadunidenses de 1960, o candidato à presidência John Kennedy lançou críticas contra os anos de complacência da política externa dos Estados Unidos em relação à região latino-americana, e prometeu diferenciar sua abordagem daquela adotada pela administração anterior. Em sua percepção, a América Latina havia se tornado "a área mais perigosa do mundo", devido à sua vulnerabilidade às revoluções sociais radicais (LEACOCK, 1990, p. 16).

Ao assumir o poder, o presidente americano John Kennedy (1961-1963) reconhecia que novos esforços deveriam ser deslocados em direção à América Latina, principalmente no que se referia ao apoio econômico para superação do subdesenvolvimento das economias latinas. A assistência financeira para tais governos garantiria a aproximação e dependência necessárias para que o governo estadunidense pudesse promover regimes políticos e econômicos favoráveis aos seus interesses (DE LARA, 2016).

Este conjunto de ações de assistência a outras nações faziam parte do *nation building* (construção de nação), abordagem amplamente adotada pelos Estados Unidos em diversos momentos históricos, e que visualizava o auxílio na reconstrução ou no desenvolvimento de estados ou nações, muitas vezes em cenários pós conflitos armados, crises humanitárias ou mudanças políticas.

No Brasil, os esforços do *nation building* fizeram-se especialmente presentes no projeto conhecido como Aliança para o Progresso, uma iniciativa-chave dos Estados Unidos na América Latina durante a década de 60, cuja principal missão era a promoção do desenvolvimento econômico e social na região como uma alternativa ao avanço da influência socialista no território. O projeto apesar de ambicioso, se mostraria pouco eficaz em um país mergulhado em uma crise política e econômica como o Brasil, e com certos pontos de inflexão com o governo estadunidense (DE LARA, 2016).

Em 1962, sob os preceitos da Aliança para o Progresso, o Presidente Goulart organizou uma visita a Washington a fim de negociar uma assistência financeira à região Nordeste do

Brasil com o presidente estadunidense Kennedy. Ficara acordado o valor de US\$ 131 milhões para a região do Nordeste, porém, apenas US\$ 33 milhões do total prometido foram liberados de imediato. Além desta situação inicial, em junho do mesmo ano, o Congresso americano aprovou a emenda Hickenlooper, que proibiu a ajuda financeira dos EUA a países que expropriaram empresas estadunidenses sem compensação imediata (LOUREIRO, 2014; BETFUER, 2017).

Tal decisão jurídica afetaria diretamente o governo brasileiro, visto que em fevereiro de 1962, o governador do Rio Grande do Sul, e cunhado de João Goulart, Leonel Brizola (1959-1963), havia realizado a expropriação de uma pequena subsidiária da empresa estadunidense *International Telephone and Telegraph (ITT)*. A concessão para a exploração dos serviços da empresa na época havia expirado e esta se recusara a participar de uma *joint venture* proposta pelo governo do estado, na qual teria uma participação de 25% (LEACOCK, 1990).

Este ponto causara imenso descontentamento para o governo estadunidense, que estava sendo constantemente pressionado por empresários e políticos para reconsiderar o apoio econômico concedido ao Brasil. Como resultado da emenda Hickenlooper e da ausência de acordos referentes à problemática da *ITT*, toda a ajuda econômica que havia acordada para o Brasil foi rapidamente suspensa (DE LARA, 2016).

Adicionalmente, durante as eleições de outubro para o Congresso Nacional e para governador, de acordo com os estudos de Leacock (1990), o governo americano investira uma grande quantia de dinheiro em candidatos pró-americanos e anti-Goulart por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), os quais eram indiretamente financiados pela CIA, com o investimento de empresas estrangeiras. Calcula-se que “8 candidatos ao governo dos estados, 600 candidatos às assembleias estaduais, 250 deputados federais e um número não determinado de senadores” foram beneficiados pelos fundos do IBAD.

Ao decorrer de todo o governo Goulart, a insatisfação do governo americano com sua gestão, e o anseio em defender os interesses dos empresários americanos no Brasil, fizera com que a relação entre ambos os países evoluísse para um processo mais acentuado de intervencionismo político e econômico. Dentre as demais medidas citadas, pode-se mencionar a importância da missão Draper, missão de contra insurgência enviada ao Brasil no segundo semestre de 1962, e liderada pelo general William H. Draper, Jr. O relatório da missão buscou avaliar o quadro das perspectivas políticas e econômicas do Brasil, o qual fora descrito pelo general americano como “sombrio” (LOUREIRO, 2017).

De maneira geral, o relatório propunha uma política de desestabilização do governo de Goulart, dado que, segundo o documento, o presidente brasileiro já não tinha forças para executar uma dura agenda de estabilização político-econômica internamente. Por um lado, Draper argumentava que Washington dispunha de uma opção de assistência ao déficit cambial do Brasil que somava 900 milhões de dólares em 1962, e, por outro, defendia o abandono completo de qualquer tipo de projeto de auxílio econômico ao país. A principal justificativa abordava que, sem a ajuda estrangeira, a situação econômica do Brasil se deterioraria rapidamente, aproximando Goulart ainda mais da esquerda e, assim, levando os militares a destituir seu governo (LOUREIRO, 2017).

Em Novembro de 1962, Goulart fez um apelo ao embaixador americano Gordon, prometendo que, caso os Estados Unidos não retornasse as negociações para auxílio financeiro do Estado brasileiro, o mesmo passaria a buscar assistência vinda da União Soviética. O posicionamento ousado do presidente brasileiro, todavia, apenas rendeu maiores desconfortos em uma relação entre países já bastante desgastada. A partir deste ponto, o governo americano estava empenhado, mais do que nunca, em garantir uma política de “passo a passo” que compromettesse definitivamente o governo de Goulart (LEACOCK, 1990).

Apenas um mês depois, os Estados Unidos reuniram uma série de exigências econômicas e políticas que deveriam ser adotadas pelo governo brasileiro caso este quisesse desfrutar de um novo auxílio econômico. Dentre as medidas propostas destacaram-se a adoção de austeridade econômica, a eliminação dos elementos comunistas infiltrados no governo e nos sindicatos de trabalhadores, e o apoio incondicional de Goulart à Aliança para o Progresso. Como pronta resposta à não adesão completa dos pontos exigidos pelo governo estadunidense, o mesmo barrara empréstimos ao governo brasileiro, e instituiu no lugar as “ilhas de sanidade administrativa”, que previam o fornecimento de ajuda econômica direta a governadores considerados aliados (WEISS, 2001).

Após algumas tentativas de cumprir as exigências colocadas pelos Estados Unidos para atender aos objetivos do programa de estabilização econômica interna, Goulart abandonou completamente a esperança do apoio financeiro estadunidense em seu governo, voltando a fortalecer a política externa independente e a retomar ligações com membros da esquerda trabalhista. A preferência por se aproximar do povo e das reformas sociais em vez de uma política de colaboração com os Estados Unidos, deixara o governo do presidente brasileiro mais suscetível à ação de grupos golpistas (LOUREIRO, 2014).

Em 1963, com o assassinato do Presidente Kennedy, a administração de seu sucessor Lyndon Johnson (1963-1969) respondeu ao declínio da Aliança para o Progresso com a

Doutrina Man, a qual indicava que os Estados Unidos reconheceriam qualquer governo que garantisse crescimento econômico, protegesse os investimentos americanos e fosse anticomunista, não se opondo mais a golpes militares. Essa doutrina ofertava o apoio necessário aos grupos que se opunham a João Goulart, e foi o pontapé inicial para que o governo americano oferecesse ajuda militar através da Operação *Brother Sam* (BETFUER, 2017).

Como explicitado anteriormente, a Operação *Brother Sam* buscava gerenciar e apoiar logisticamente a ação de grupos golpistas que desejassem destituir o governo de Goulart. A novidade do projeto, segundo o autor Fico (2008), é que diferentemente do que se acreditava, a Operação *Brother Sam* foi reconhecida e programada com a cumplicidade de brasileiros, como o general Ulhoa Cintra, auxiliar de Castello Branco.

Os estudos do autor apontam que o general-de-brigada José Pinheiro de Ulhoa Cintra, considerado por Castello Branco como “um dos grandes revolucionários do Exército”, tratava-se do contato brasileiro que cuidaria da entrega das armas, munição e combustível cedidas pela operação estadunidense. Em 28 de março de 1964, o embaixador estadunidense Lincoln Gordon informou que o general Cintra seria o responsável por avaliar a necessidade de armas adicionais para as forças golpistas, e que o envio dessas armas seria previsto pela Operação *Brother Sam*. Preocupado com a insuficiência de recursos da polícia e do Exército Brasileiro para conter grandes distúrbios internos, Gordon defendeu nos dias anteriores ao golpe uma quase intervenção militar dos EUA no Brasil, apesar da resistência de seus superiores (FICO, 2008).

O golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que depôs Goulart e entregou o poder aos militares brasileiros, garantiu o Brasil como uma zona de investimentos corporativos americanos e isolou a influência do Bloco Oriental no país. O apoio dos Estados Unidos ao golpe de 1964, ainda que não concretizado pela Operação *Brother Sam* em si, assegurou não somente o anticomunismo e os negócios americanos no Brasil, como também adquiriu certeza quanto ao alinhamento automático brasileiro durante boa parte dos governos militares.

### 2.3. O Regime Militar e as relações com os Estados Unidos

Como pontuado anteriormente, o alinhamento automático à potência estadunidense fora uma estratégia diplomática muito bem elucidada ao decorrer do período militar. Como seu próprio nome indica, o alinhamento prevê a possibilidade de estar em certa sintonia com uma determinada linha de pensamento, gerando assim uma dinâmica entre o Estado sintonizado, o qual acompanha decisões e práticas, e o Estado dominante, que dita as diretrizes a serem adotadas pelos demais (CASSANO, 2006).

Todavia, torna-se importante destacar que a política de alinhamento com os Estados Unidos nos governos militares não se trata de um caso isolado dentro da história brasileira. Segundo Cassano (2006), desde o final do século XIX, a PEB fora intrinsecamente marcada pelo aprofundamento das relações com o parceiro estadunidense. Nos anos anteriores à Segunda Guerra, o Brasil, ainda que de certa forma distante dos dois blocos de poder que se formariam, os países do Eixo e os Aliados, voltara à esfera de influência dos Estados Unidos em 1941/42, permanecendo nela até o fim do governo Dutra.

Após o final da Segunda Guerra, com o surgimento de um novo cenário político-econômico, a Guerra Fria, se iniciaria um dos períodos mais completos de alinhamento do Brasil com os EUA. Para além das questões político-ideológicas, o alinhamento carregava uma retórica econômica, visto que até 1950, os investimentos diretos no Brasil totalizaram pouco mais de US\$ 300 milhões, com os Estados Unidos isoladamente sendo responsáveis por quase 1/3 desse montante (CASSANO, 2006).

Já na segunda metade dos anos 50, sob o governo de Juscelino Kubitschek, o início de um período engajado no avanço econômico do país criou uma “sobreposição de perfis” na política externa que tentava combinar dois elementos de quase impossível coexistência: uma certa autonomia no campo econômico e na agenda de negócios, e a busca por um alinhamento compensatório que visava uma maior participação dos EUA nos projetos de desenvolvimento econômico do Plano de Metas (CASSANO, 2006).

A política de alinhamento apenas visualizou uma interrupção breve durante os anos de 1961 a 1964, com os governos de Jânio Quadros e João Goulart e suas políticas externas que exaltavam a autonomia do Estado brasileiro nas questões internacionais. Entretanto, com a instauração do Regime Militar, a PEI foi substituída em prol do retorno do alinhamento com os Estados Unidos, uma vez que almejava-se a retomada dos investimentos externos estadunidenses que haviam sofrido cortes no período anterior, e a continuação do

posicionamento ideológico na dinâmica bipolaridade política da Guerra Fria (CASSANO, 2006).

É possível observar que, de acordo com a Tabela de Investimentos Diretos no Brasil, novamente o fator econômico fez-se presente como um importante elemento para a manutenção do alinhamento durante quase todo o período do Regime Militar. Houve um aumento mais que significativo dos investimentos diretos no Brasil quando comparados os períodos de 1961 a 1970 e de 1971 a 1979, com destaque para os investimentos estadunidenses que sofreram um aumento de 70% entre os períodos.

**Tabela 2 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões**

| País           | 1961 a 1970     | % sobre total | 1971 a 1979      | % sobre total |
|----------------|-----------------|---------------|------------------|---------------|
| Alemanha       | 331,95          | 15,80         | 1.551,26         | 12,56         |
| Canadá         | 124,65          | 5,86          | 318,06           | 2,57          |
| Estados Unidos | 680,79          | 32,46         | 3.756,89         | 30,41         |
| França         | 73,80           | 3,47          | 373,94           | 3,03          |
| Itália         | 66,13           | 3,11          | 280,82           | 2,27          |
| Japão          | 110,24          | 5,18          | 1.503,29         | 12,17         |
| Reino Unido    | 73,56           | 3,46          | 680,20           | 5,51          |
| Demais         | 656,70          | 30,86         | 3.889,18         | 31,48         |
| <b>Total</b>   | <b>2.127,82</b> | <b>100,00</b> | <b>12.353,64</b> | <b>100,00</b> |

**Fonte: Banco Central do Brasil.**

Ao longo de todo o Regime Militar, percebeu-se que a afiliação incondicional aos interesses e posicionamentos norte-americanos no plano internacional poderia ser pouco a pouco repensada e moldada durante a sucessão dos demais governos do Regime Militar. Cabe ressaltar que as mudanças realizadas na política externa de cada governo militar, ainda que visassem adequar vagarosamente a política de alinhamento a uma abordagem que melhor atendesse às necessidades específicas do Brasil como país de Terceiro Mundo, foram de certa forma tímidas quando comparadas à decisão de ruptura no governo Geisel (MIYAMOTO, 2014).

As políticas de Diplomacia da Prosperidade no governo de Costa e Silva, e de Diplomacia do Interesse Nacional no de Médici, são claros exemplos deste cenário. Em ambos os governos, houve uma certa comoção para a revisão da conduta brasileira externamente, mas com mudanças que pouco interferiam na relação de interdependência política e econômica do Brasil com os Estados Unidos (MIYAMOTO, 2014).

Enquanto o poder nacional era exaltado em discursos presidenciais da época, na prática eram reafirmados os compromissos do Estado brasileiro com o mundo ocidental, reconhecendo o papel dos Estados Unidos como líder e guardião do Mundo Ocidental. Para Miyamoto (2014), as diferentes designações das políticas externas do Regime Militar não fazem justiça ao que ocorreu durante duas décadas, pois não se pode afirmar que houve diferenças significativas que tornassem cada governo tão distinto em relação ao outro. Na realidade, o autor defende que os principais elementos norteadores da política externa no Regime Militar foram mantidos ao longo de todo o período, com apenas pequenos ajustes para atender novas demandas externas e internas de cada governo em questão.

No caso do governo Geisel, estas novas demandas externas e internas serviram para reforçar a necessidade de mudanças mais profundas no posicionamento do Brasil frente à estratégia de alinhamento. As condições estruturais que antes sustentavam o Milagre Econômico já haviam se esgotado. As altas taxas de inflação interna, bem como o aumento do preço do barril do petróleo, ocasionado pelo choque de petróleo, indicavam que o Brasil, ao longo prazo, enfrentaria problemas de reestruturação de sua economia (CUNHA; FARIAS, 2011).

No intuito de atender tais cenários econômicos, acompanhado ao fato de que o próprio Estados Unidos se encontrava em um ponto de distensão na Guerra Fria, o que ocasionaria em maior liberdade para negociar novos parceiros comerciais, o governo Geisel buscou ingressar na turbulência internacional diminuindo o nível de dependência externa. Tal ruptura faz-se claramente exemplificada pelo papel do capital estrangeiro em setores estratégicos para Geisel. Durante seu governo, defendeu que ideias econômicas liberais colocariam o país em uma posição subalterna, permitindo que empresas estrangeiras atuassem da forma que quisessem em território brasileiro (CUNHA; FARIAS, 2011).

Diante da necessidade de defender as indústrias nacionais, a implementação de novas políticas de subsídio e outras medidas protecionistas pelo governo brasileiro evidenciavam a crescente divergência de intenções e interesses entre o Brasil e os Estados Unidos. Ao entrar em um conflito com os interesses comerciais do Estados Unidos e suas empresas em território brasileiro, fazia-se cada vez mais claro a necessidade de ruptura da relação de dependência cultivada pelos governos passados.

Paralelamente, outros pontos de discordância com os Estados Unidos eram visualizados para além da questão econômica, como a incompatibilidade da censura e tortura de opositores no Brasil e a política de direitos humanos promovida por Jimmy Carter, a votação brasileira na

ONU a favor da classificação do sionismo como uma forma de racismo, e o acordo nuclear firmado pelo governo brasileiro com a Alemanha em 1975 (MIYAMOTO, 2014).

A acirrada competição no mercado exterior também já não colaboraria mais para o isolamento diplomático do Brasil frente aos Estados antes subjugados pelo fator ideológico. Foram os casos do reconhecimento das independências de Angola e Moçambique, e da substituição do governo de Taiwan pela República Popular da China na agenda externa brasileira. Para contrapor a influência dos Estados Unidos no Brasil, o governo passou a investir na relação com outros Estados, como fora o caso da França, Reino Unido e Japão. Novamente utilizando-se da tabela de investimentos diretos no Brasil, observa-se o aumento da presença japonesa entre os investidores diretos no período de 1971 a 1979, alcançando o nível da participação alemã, que também é relevante, superando US\$ 1 bilhão (MIYAMOTO, 2014).

**Tabela 2 - Investimentos diretos no Brasil - US\$ milhões**

| País           | 1961 a 1970     | % sobre total | 1971 a 1979      | % sobre total |
|----------------|-----------------|---------------|------------------|---------------|
| Alemanha       | 331,95          | 15,80         | 1.551,28         | 12,58         |
| Canadá         | 124,65          | 5,88          | 318,08           | 2,57          |
| Estados Unidos | 690,79          | 32,48         | 3.756,89         | 30,41         |
| França         | 73,80           | 3,47          | 373,94           | 3,03          |
| Itália         | 68,13           | 3,11          | 280,82           | 2,27          |
| Japão          | 110,24          | 5,18          | 1.503,29         | 12,17         |
| Reino Unido    | 73,56           | 3,46          | 680,20           | 5,51          |
| Demais         | 658,70          | 30,86         | 3.889,18         | 31,48         |
| <b>Total</b>   | <b>2.127,82</b> | <b>100,00</b> | <b>12.353,64</b> | <b>100,00</b> |

**Fonte: Banco Central do Brasil.**

A política externa de Geisel não mais concebia a existência de amigos, mas sim de aliados que pudessem trazer os benefícios econômicos necessários para o desenvolvimento do país. Ao tratar os negócios e interesses nacionais sob uma perspectiva pragmática mais centrada nas questões econômicas do que geopolíticas, Geisel buscou aumentar a capacidade de manobra do Brasil no cenário internacional, reduzindo assim a dependência do país com os Estados Unidos. Esta abordagem permitiu ao Brasil moldar uma nova identidade como um país mais autônomo e assertivo no cenário global, o que acabou desencadeando no restabelecimento de relações antes rompidas pelo caráter ideológico, como fora o caso das relações com a China (CUNHA; FARIAS, 2011).

Percebe-se como as mudanças econômicas externas e internas do Brasil a partir do governo Geisel impulsionaram a tomada de novos rumos em sua política externa e,

consequentemente, nas relações com os Estados Unidos. Antes, o cenário de Milagre Econômico tornava os investimentos estadunidenses suficientes, alimentando assim a estabilidade da relação de interdependência entre ambos países. Após o fim do milagre e o mergulho da economia brasileira em uma grande crise, somada ao cenário econômico internacional pouco favorável com a crise do petróleo, o governo brasileiro passou a reconhecer cada vez mais a impossível coexistência entre a relação de dependência e a superação das problemáticas econômicas que afligiam o país.

A saída clara para o mercado exterior do país e a captação de investimentos externos seria justamente a expansão de horizontes, ou seja, a ampliação de parceiros comerciais ao redor do mundo. A fim de garantir ganhos econômicos, a política externa ganhou um caráter pragmático, deixando completamente de lado quaisquer interferências ideológicas que pudessem impossibilitar negócios com outros Estados. Como explicitado anteriormente, este ganho de autonomia do governo brasileiro frente à ruptura do alinhamento automático possibilitou como uma de suas conquistas o retorno das relações com a China, as quais haviam sido rompidas durante boa parte do governo militar juntamente com os governos estadunidenses da época.

É indispensável compreender a relação entre o Brasil e os Estados Unidos nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, no período de instauração do regime militar e ao longo de todo o regime, para analisar as influências norte-americanas sobre a política externa brasileira. Durante os governos de Jânio e Goulart, a tentativa de adotar uma postura mais independente gerou tensões significativas com os Estados Unidos, especialmente diante da aproximação do Brasil com países socialistas. Com a instauração do regime militar, porém, prevaleceu um alinhamento automático com os interesses norte-americanos, refletindo a lógica da Guerra Fria e a posição estratégica do Brasil como aliado contra a expansão do comunismo. Esse alinhamento dominou a condução da política externa brasileira até o governo Geisel, quando foi gradualmente abandonado em favor de uma política mais pragmática e autônoma, marcada pela busca de novos parceiros internacionais, incluindo a aproximação com países como a China e a diversificação das relações econômicas e diplomáticas.

No capítulo seguinte serão abordados com maior clareza as relações sino-brasileiras em si, possibilitando assim uma conclusão final que entrelace ainda mais o abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos, com o restabelecimento do Brasil com o parceiro asiático.

### **3. CAPÍTULO 3. RELAÇÃO BRASIL-CHINA**

#### **3.1. A trajetória das relações entre Brasil e China no Século XX**

Em 2024, celebrou-se os 50 anos das relações diplomáticas sino-brasileiras, um marco que relembrou a retomada e contínua manutenção das relações bilaterais desde 1974. Ainda que a data denote grande importância para a diplomacia de ambos os países, a relação com o parceiro chinês tem suas origens documentadas há muito mais tempo. De acordo com registros históricos, a primeira missão diplomática brasileira à China ocorreu em 18 de junho de 1880, e foi comissionada pelo imperador Dom Pedro II, o qual escolheu o diplomata Eduardo Callado e o contra-almirante Arthur Silveira da Motta, que posteriormente seria nomeado primeiro embaixador brasileiro no país, como os enviados para a missão (IBRACHINA, 2024).

Após este primeiro contato oficial, mudanças políticas ocorreram em ambos os territórios. No Brasil, foi conquistada a independência de Portugal e a constituição de uma República em 1889, enquanto o fim da Dinastia Imperial Qing ocorreria apenas em 1912. No ano de 1949, pouco mais de três décadas após a queda da dinastia, a Guerra Civil Chinesa (1927-1949), confronto travado entre forças nacionalistas chinesas e comunistas, fora cessada com o Partido Comunista da China tomando controle dos territórios da China Continental, enquanto o Partido Nacionalista Chinês recuou para o mar, ocupando o território de Taiwan, Hainan e demais ilhas no entorno (IBRACHINA, 2024).

Em 1.º de outubro de 1949, o presidente do Partido Comunista Chinês, Mao Tsé-Tung, proclamou a fundação da República Popular da China, marco histórico que foi um divisor para a continuidade das relações chinesas com diversos países. O primeiro discurso oficial do líder chinês denotava o interesse na expansão de parceiros internacionais, desde que estes reconhecessem a integridade do Governo Popular Central da República Popular da China (USC US-China Institute, 2019).

[...] Este governo está disposto a estabelecer relações diplomáticas com qualquer governo estrangeiro que esteja interessado a observar os nossos princípios de igualdade, benefício mútuo, e respeito mútuo pela integridade territorial e soberania (Mao Tsé Tung, 1949. In: Proclamation of the Central People's Government of the PRC, People's Daily, 1949, p.1)

No caso do Brasil, o governo de Dutra (1946-1951) decidiu não reconhecer de imediato a República Popular da China, mantendo em seu lugar o governo de Formosa como representante legal da China. O posicionamento brasileiro foi um reflexo direto da escolha de preservação dos valores ocidentais e da priorização de seus sistemas, sobretudo no que dizia respeito à própria manutenção das relações com os Estados Unidos, o qual destacava-se cada

vez mais como um indispensável parceiro comercial para o Brasil. Como comentado anteriormente, a adesão do Brasil ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) de 1947, ilustrava de forma clara tais tendências na diplomacia brasileira, visto que este tratado previa um sistema de defesa baseado em assistência mútua aos países do continente americano, e, por consequência, carregava consigo forte orientação pró-ocidental (SIMAS, 2011).

Na década de 40, e em meados da década de 50, a política externa brasileira mantinha-se restrita, atuando fortemente na busca pela industrialização acelerada. Para o diplomata Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad (1996), o Brasil, em termos de política externa, era menos incisivo e pouco integrado às grandes correntes de intercâmbio mundial. Dessa forma, havia pouco ou quase nenhum interesse em países que não aqueles que já se configuravam parceiros tradicionais. A Ásia, de maneira geral, não representava um polo de interesse para a diplomacia brasileira, salvo o Japão, o qual disponibilizava programas econômicos e representava uma parcela importante dos investimentos externos no Brasil.

A partir de 1960, mediante à integração da Política Externa Independente no cenário diplomático brasileiro, foi-se cogitado tanto o reconhecimento da República Popular da China, como as possibilidades do estabelecimento de relações comerciais com o país. O principal marco da época fora a visita do vice-presidente João Goulart à China em 1961, missão cujo objetivo central era estudar a viabilidade de intercâmbio comercial entre os países. Ainda em viagem, Goulart propôs ao governo chinês uma negociação para definir uma representação comercial no Brasil e na China, demonstrando assim o interesse do governo “Jan-Jan” em inserir o país asiático no leque de parceiros comerciais internacionais (SIMAS, 2011).

Em um primeiro momento, segundo Afonso Arinos (1968), em sua obra “Planalto”, a finalidade das relações sino-brasileiras pautava-se apenas “no propósito da administração de promover substancial expansão no comércio internacional do Brasil” (FRANCO, 1968, p.165), e, dessa forma, buscava priorizar as missões comerciais, ao invés de prever um acordo diplomático, ou qualquer discussão política mais aprofundada.

Além do vice-presidente João Goulart e do diplomata Araújo Castro, estiveram presentes na primeira missão comercial à China no século XX os senadores Barros Carvalho e Dix- Huit Rosado, os deputados Gabriel Hermes e Franco Montoro, e vários representantes das agências econômicas e financeiras do governo e membros das associações produtoras. Na China, a delegação foi recebida pelos líderes Mao Tsé Tung e Chu En-Lai, os quais tornaram possíveis os primeiros passos para um diálogo comercial e econômico com o Brasil, processo que seria posteriormente interrompido com o início do Regime Militar em 1964 (SIMAS, 2011).

Com o passar do tempo, os tópicos concernentes à China Continental deixaram de ser exclusivos do campo comercial e econômico. Ainda em 1961, Goulart anunciou publicamente o posicionamento favorável do governo brasileiro à admissão da República Popular da China nas Nações Unidas, votação que seria colocada em pauta durante a XVI Sessão da Assembleia Geral. Pouco tempo depois, Afonso Arinos, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, reforçou à imprensa nacional que o Brasil manteria seu apoio à entrada da China Continental como membro da ONU, desvinculando assim a antiga orientação na política externa brasileira, a qual já havia votado contra a proposta no passado (SIMAS, 2011).

O principal argumento que sustentava tamanha decisão pautava-se, principalmente, na manutenção da paz mundial. San Tiago Dantas, sucessor de Afonso Arinos, denunciava em seu discurso de posse a importância da adesão da China Continental na agenda internacional, dado às proporções do país e seu potencial em tornar-se cada vez mais armado. A entrada da China nas Nações Unidas seria, portanto, uma oportunidade para que a mesma se inserisse “nos quadros de normas e convivência mundial baseados na manutenção da paz” (SIMAS, 2011, p.4).

Paralelamente aos assuntos diplomáticos, o interesse no desenvolvimento das relações comerciais com a China mantinha-se firme na agenda brasileira. A parceria com o país poderia abranger a exportação de diversos produtos brasileiros, como o café, cacau e seus derivados, madeira e bens industriais de consumo. Já na parte de importação, o Brasil tinha como objetivo adquirir importantes produtos chineses, como máquinas, ferramentas, perfuratrizes, carvão e chumbo (SIMAS, 2011).

Para Vizontini (2004), a busca por novas parcerias comerciais e econômicas, a qual serviu como um propulsor para a aproximação do Brasil com a China durante a Política Externa Independente, baseava-se em três principais cenários vivenciados pelo governo brasileiro: o descaso dos Estados Unidos em relação à América Latina, a emergência das massas e as necessidades externas para o desenvolvimento industrial.

De acordo com o autor, A PEI por si só já representava uma resposta à ineficiência do parceiro estadunidense, caracterizada pelos cortes de investimentos para a área de infraestrutura e de bens de capital em toda a América Latina. Como resultado, houve uma transformação de tendências na abordagem da política externa, a qual também atingiu o Brasil. As nações latino-americanas passaram a buscar meios para diminuir as relações de dependência com os Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, almejavam novas oportunidades que pudessem resultar em desenvolvimento nacional (VIZENTINI, 2004).

O Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), coalizão formalizada em 1961 durante a Conferência de Belgrado, desempenhou parte da influência responsável pela mudança de rumos nas relações internacionais dos países latino-americanos. Como o próprio nome indica, o movimento buscava estabelecer uma terceira via perante ao embate ideológico da Guerra Fria, apoiando-se fortemente nos princípios de neutralidade e multipolaridade. O principal propósito da criação desta organização previa uma maior cooperação entre países que compartilhavam desafios comuns relacionados à descolonização e o desenvolvimento econômico, sem que estes estivessem sujeitos às imposições trazidas pelo alinhamento direito com as duas potências da época (SOUZA, 2014).

Embora os países africanos e asiáticos tenham desempenhado uma atuação mais influente que países da América Latina no Movimento dos Países Não Alinhados, visto que o ingresso de parte destes ocorreu apenas entre os anos de 1973 e 1983, a própria existência do movimento, e a participação de Estados latino-americanos como observadores de suas primeiras conferências, corroboraram para a disseminação de seus ideais para além da Ásia e África. O próprio Brasil, sob governo de Quadros e Goulart, mesmo sem o ingresso direto do país na coalizão, buscou a diversificação de parceiros e a adoção de uma postura mais neutra, pontos de forte convergência com os aspectos defendidos pelo MNA (SOUZA, 2014).

Nos anos 1960 presenciou-se também a emergência das massas, fenômeno caracterizado pelo crescimento da população urbana e pela consolidação das classes sociais, como a burguesia, o operariado e outros segmentos populares. Internamente, tais massas iniciaram um processo de mobilização política, especialmente fomentada por ideais nacionalistas e um projeto comum de desenvolvimento que visava trazer uma solução para a crise socioeconômica do país (VIZENTINI, 2004).

Ainda tomando como base o cenário interno do Brasil na década de 60, torna-se importante destacar o papel dos sindicatos, principalmente, no governo de João Goulart. O governo antecessor, apesar das tentativas de reformas e uma retórica populista, não estabeleceu uma relação sólida com os sindicatos, dado à sua efemeridade. Por outro lado, o governo de Goulart construiu ao longo de sua gestão uma imagem de maior proximidade às demandas trabalhistas e, por consequência, da própria luta sindical que passou a atingir seu ápice nos anos de 1960.

As fortes mobilizações da época, marcadas por manifestações grevistas e pela criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), denunciavam a insatisfação com as condições de trabalho e com a forte desigualdade social que assolava o país. O caminho encontrado pelo governo da época, parte adotado por conformidade com a trajetória e visão política de Goulart,

foi a integração das necessidades sociais-econômicas levantadas pelo movimento sindical nas decisões nacionais-desenvolvimentistas implantadas na época, as quais também traziam novas implicações para a política externa brasileira, como foi o caso da aplicação da Lei de Remessa de Lucros (LOUREIRO, 2017).

O Brasil, por sua vez, enfrentava uma queda nos preços de seus produtos primários de exportação, com volumes de exportação e importação que não só afetaram severamente a balança comercial, como também tornaram-se incompatíveis com as necessidades econômicas do país. As reservas de divisas apresentavam problemas com seus baixos níveis, enquanto o envio de capital para o exterior se tornava muito maior do que o capital que adentrava o país. Como consequência direta, o cenário alimentou uma série de resultados negativos, como o aumento do desemprego, alta inflação, baixos salários e intensificação das tensões políticas, especialmente no Nordeste (VIZENTINI, 2004).

O açúcar, por exemplo, uma das principais *commodities* exportadas pelo Brasil na época, passou a sofrer com um cenário de maior competitividade internacional e de superprodução, as quais foram fomentadas pelo próprio aumento da produção de outros países, como o caso de Cuba após a Revolução Cubana. O excesso de oferta do açúcar em cenário global ocasionou uma forte queda nos preços do açúcar brasileiro, o que afetou severamente produtores locais do Sudeste e Nordeste brasileiro, regiões onde a produção da *commodity* era uma das principais atividades econômicas (FURTADO, 2005).

Com isso, tornou-se mais que indispensável solucionar as necessidades externas do desenvolvimento industrial, incorporadas pelas problemáticas da escassez de divisas para a importação de bens de capital, da limitação na exportação de produtos primários e da falta de sustentação de seus preços. Somada a tais questões, encontrava-se a indispensabilidade da atração de investimentos e tecnologias estrangeiras, principal ponto que levou maior maleabilidade para a negociação de novas parcerias internacionais (VIZENTINI, 2004).

Para a China, o cenário de suas relações exteriores tornava-se, de mesmo modo, cada vez mais aberto a novas regiões. A partir do ano de 1957, iniciou-se o conflito sino-soviético, o qual acarretou fraturas dentro do bloco socialista e, conseqüentemente, na própria maneira como a China via-se inserida neste. O estopim para as tensões entre ambos os países socialistas se deu durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), quando o líder soviético Khrushchev (1953-1964) criticou duramente o governo de seu antecessor, Josef Stalin, e propôs novas políticas que previam uma coexistência pacífica com o Ocidente. Tais mudanças de tendências na política externa da União Soviética contrariavam a visão mais

radical de Mao Tsé Tung em relação ao sistema bipolarizado, impactando significativamente os cálculos estratégicos da China (CRUZ, 2011).

Um dos aspectos mais relevantes desse cenário é que o enfraquecimento crescente das relações sino-soviéticas, fez com que o governo chinês não pudesse mais contar de forma segura com o dissuasor soviético para garantir a soberania e integridade de seu território. Como resultado direto, a política externa chinesa buscou expandir seus contatos para além do bloco socialista, visando assim contrabalançar as limitações, principalmente militares, de sua inserção no cenário internacional. Nesse contexto, há uma substituição da antiga política que previa priorização das relações intrabloco, por uma política regional mais focada na preservação da soberania da China, na ampliação de sua base de apoio diplomático, e na fortificação de sua legitimidade no sistema internacional. Ademais, o governo chinês reconheceu, de mesmo modo, a indispensabilidade da superação de sua vulnerabilidade militar frente às potências da época, necessidade que implicou nos investimentos em armamento nuclear e no primeiro teste bem sucedido de uma bomba atômica em 16 de outubro de 1964 (CRUZ, 2011; MEDEIROS; FRAVEL, 2010).

A importância dos princípios de independência e autossuficiência durante o período em questão foram, portanto, responsáveis pelo reposicionamento das estratégias externas do governo chinês. Mediante à perda do apoio soviético, a China viu-se incapaz de atender às demandas internas de reabilitação econômica e de projetar sua influência e integridade no exterior. O princípio da independência, como pilar da política externa chinesa passou a manifestar-se por dois principais quadros: a independência em relação aos Estados Unidos, que representava a principal ameaça à integridade territorial da China Popular e à sua soberania, e por outro, e a busca por independência em relação a Moscou, em um contexto de cisão entre os dois países e consequente fragilização de Pequim (CRUZ, 2011).

Destarte, nota-se como a convergência dos cenários vivenciados tanto pelo Brasil, quanto pela China, foi marcada por novas necessidades internas e externas que impulsionaram a aproximação de ambos governos em prol de uma solução conjunta. De um lado, a China buscava expandir suas alianças diplomáticas e comerciais fora do bloco socialista, especialmente após o início das tensões sino-soviéticas em 1957. De outro, o Brasil, sob os governos de Jânio Quadros e João Goulart, adotava uma política externa independente, visando diversificar suas parcerias internacionais e afirmar maior autonomia frente às pressões da Guerra Fria.

Contudo, este interessante e inédito capítulo das relações sino-brasileiras, especialmente visualizado entre os anos de 1960 e 1964, seria abruptamente interrompido com o Golpe Militar

de 1964 no Brasil e a retomada de um posicionamento externo brasileiro de alinhamento automático.

### 3.2. O fim das relações sino-brasileiras

O revisionismo da política externa, trazido pela instauração do Regime Militar após a deposição de João Goulart, tornaria-se intrinsecamente relacionado com a ruptura dos princípios que regiam a PEI após seus curtos anos de duração. O engessamento da abordagem do governo brasileiro frente aos assuntos externos durante a ditadura, ocasionado pela subserviência aos Estados Unidos como uma reação defensiva frente à ameaça comunista internacional, passou a estabelecer um cenário mais que desfavorável para a continuidade das relações sino-brasileiras.

Como repercussão direta desta nova fase da política externa brasileira, o governo de Castello Branco encerrou todos os esforços destinados à missão comercial entre Brasil e China, e decretou, oficialmente, a ruptura das relações diplomáticas entre ambos os países em 20 de janeiro de 1965. A mudança brusca de abordagem, e a pouca tolerância em relação a atividades consideradas subversivas ou comunistas, seriam visivelmente demonstradas com a prisão de nove chineses, integrantes da missão comercial, que estavam em território brasileiro com o objetivo de negociar parcerias e promover intercâmbio econômico (NASCIMENTO, 2022).

O escândalo não somente marcaria publicamente o início das tensões diplomáticas com a China poucos meses antes da formalização do congelamento das relações, como também demonstraria o papel ativo do Regime Militar contra quaisquer supostos comunistas e elementos estrangeiros que pudessem estar envolvidos em atividades comunistas. Com base na justificativa de segurança nacional e manutenção da integridade do governo vigente, o Brasil manteve-se afastado dos países alinhados ao bloco socialista, e, conseqüentemente, impeliu um forte retrocesso frente ao empenho construído pelos governos de Quadros e Goulart na busca pela diversificação de parcerias (SIMÕES, 2009; DA COSTA, 2022).

De forma paralela, a China também vivenciava um novo cenário em sua política externa, com novas mudanças que seriam impulsionadas por tensões externas e internas da época. Como citado anteriormente, um dos fatores mais relevantes para a decisão de redefinição da postura internacional foi a própria deterioração das relações sino-soviéticas, a qual marcou o início de seu agravamento em 1957.

A União Soviética, sob a liderança de Nikita Khrushchev, propunha uma política de coexistência pacífica com o Ocidente, e, por consequência, defendia uma abordagem mais aberta para/com os países alinhados ao Bloco Ocidental, postura que afastava-se dos princípios revolucionários defendidos por Mao Tsé Tung. Para o líder, a revolução socialista deveria ser

permanente e agressiva, rejeitando compromissos com as potências capitalistas e quaisquer países que não reconhecessem a legitimidade de seu governo (CRUZ, 2011).

Percebe-se como o mesmo afastamento gradual das relações sino-soviéticas que, primeiramente, impulsionou a busca do governo chinês por novas parcerias no sistema internacional para além do Bloco Oriental, como foi o caso do Brasil, também foi responsável pela intensificação da incompatibilidade nas relações sino-brasileiras após o início do Regime Militar no Brasil. Além da própria repulsa do governo brasileiro em cultivar relações com países considerados comunistas, frente ao seu forte compromisso com a agenda ocidental de luta anticomunista, nota-se como a política externa chinesa adotou, de mesmo modo, uma postura mais restrita e radical com seus parceiros internacionais. Tais elementos deixavam cada vez mais claro a ruptura inevitável das relações sino-brasileiras, as quais seriam recuperadas apenas na década de 70, mediante à reabertura política dos dois países (CRUZ, 2011).

As divergências ideológicas, políticas e estratégicas entre China e URSS, responsáveis pelo desgaste das relações diplomáticas desde 1957, também evoluíram para uma ruptura que teve seu ponto culminante marcado em 1960. A desavença entre os países socialistas era pautada, principalmente, nos processos de desestalinização e revisionismo levantados por Nikita Khrushchev. Todavia, os conflitos sino-soviéticos também abarcavam disputas pela posição central e de liderança no Bloco Oriental, e até mesmo conflitos de confrontos diretos, como foi o caso das disputas territoriais na região do rio Ussuri no ano de 1969, território localizado entre a Manchúria chinesa e o Extremo Oriente soviético (CRUZ, 2011).

Os interesses e divergências entre Pequim e Moscou constantemente chocavam-se, revelando cada vez mais o grau de inimizade construído entre os dois países. Como efeito direto desses eventos, a China viu-se forçada a reconsiderar sua política externa, o que a fez adotar uma estratégia de maior independência em relação às duas superpotências globais como uma forma de alavancar sua posição internacional (CRUZ, 2011).

Simultaneamente, a Revolução Cultural, iniciada por Mao Tsé Tung em 1966, instaurou uma forte reforma sociopolítica na China, com efeitos para além de sua política interna. Concebida como uma campanha massiva para erradicar "elementos capitalistas" e "revisionistas" dentro do Partido Comunista, a Revolução Cultural passou a intensificar a assertividade da política externa chinesa, tornando-a mais isolacionista e agressiva. Estas novas configurações promovidas pelo movimento, aliadas ao distanciamento da parceria sino-soviética, resultaram em um cenário de forte retração diplomática. O governo chinês passou a priorizar o fortalecimento de relações com nações de Terceiro Mundo que apoiavam

movimentos revolucionários, buscando assim contrabalançar a dependência das antigas alianças tradicionais (AYERBE, 1996).

Conclui-se portanto que, durante a década de 1960, tanto a China quanto o Brasil experimentaram uma forte retração diplomática, marcada por mudanças significativas em suas políticas externas, as quais passaram a ser guiadas predominantemente por orientações ideológicas. Mesmo com estratégias e objetivos distintos, visto que o governo brasileiro buscava erradicar a ameaça comunista, enquanto o governo chinês almejava diminuir as influências ocidentais em seu território, ambos os países adotaram o caráter ideológico como principal norteador para a busca de parcerias no sistema internacional.

Como dito anteriormente, a China adotou uma nova postura pautada pela resistência daquilo que compreendia como revisionismo soviético, ao mesmo tempo em que enfrentava as pressões ocidentais advindas do sistema bipolar. Diante deste contexto, a diplomacia chinesa priorizou a construção de alianças com países que compartilhavam de uma postura anti-ocidental, privilegiando nações que estavam engajadas em processos de descolonização ou que adotavam governos socialistas e revolucionários. O principal objetivo tornou-se a criação de uma rede de alianças que refletisse e ampliasse a influência ideológica da China, possibilitando assim que seu papel como líder do movimento comunista internacional fosse fortificado, especialmente entre os países considerados de Terceiro Mundo (CRUZ, 2011).

Tal passo rumo à contração da política externa chinesa promoveu um isolamento diplomático crescente, o qual limitava a capacidade de Pequim em expandir suas relações comerciais e políticas com nações fora de sua órbita ideológica. O isolamento representou, até certo ponto, uma escolha estratégica que visava manter a pureza ideológica da revolução chinesa, evitando compromissos que pudessem comprometer o modelo socialista chinês e a promoção da posição da China frente às potências tradicionais no mundo bipolar. Ao mesmo tempo, o país buscava se apresentar como uma alternativa viável ao modelo soviético para outras nações que buscavam, similarmente, o rompimento com o imperialismo da URSS e a adoção de sistemas de governo socialistas (AGUILAR, 2002; AYERBE, 1996).

De forma concomitante, o Brasil também apresentou um forte processo de retraimento de sua diplomacia, mas evidentemente de uma natureza bastante distinta. Após o golpe militar de 1964, o novo regime brasileiro adotou uma espécie de política compensatória com os Estados Unidos e, desta maneira, o posicionamento externo brasileiro passou a ser estritamente alinhado ao estadunidense. Essa abordagem revelava-se como uma estratégia de autopreservação do Regime Militar, enquanto o Brasil demonstrasse apoio incondicional aos Estados Unidos, a

potência disponibilizaria recursos para garantir a estabilidade econômica e política e, portanto, a própria legitimação do regime.

A forte postura parcial que ambos tomaram frente à bipolaridade, com o Brasil alinhando-se aos Estados Unidos e reconhecendo novamente Taiwan como o único governo legal chinês, e a China distanciando-se do Ocidente, fez com que as mudanças na política externa de ambos os países na década de 60 os tornasse completamente incompatíveis. Em outras palavras, não havia qualquer interesse na manutenção das negociações concernentes às relações econômicas, comerciais e diplomáticas por ambas as partes.

Este abandono das relações sino-brasileiras, no entanto, sofreria uma gradual recuperação mediante às mudanças que ocorreriam na política externa de ambos os países ao decorrer da década de 70, as quais caminhavam lentamente para a reabertura política e uma maior flexibilização diplomática. No Brasil, a política de "pragmatismo responsável" promovida pelo governo Geisel, a partir de 1974, buscava uma aproximação com outros países do Terceiro Mundo e uma abertura a novas alianças comerciais, rompendo com a dependência exclusiva dos Estados Unidos.

Por outro lado, a China iniciou uma abordagem mais pragmática ainda no início da década de 70, com a visita histórica do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), a Pequim em 1972, marcando assim o início do processo de normalização das relações sino-americanas. Após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping, o país começou a abandonar gradualmente a rígida ideologia maoísta, optando por uma política de reabertura econômica e reformas internas, e maior abertura para o diálogo com o Ocidente (AGUILAR, 2002).

Tais mudanças visualizadas na política externa do Brasil e da China durante a década de 70, evidenciaram a busca por uma maior flexibilidade diplomática como resposta à necessidade de adaptação ao novo contexto internacional e de superação das limitações impostas por suas posturas anteriores. O próximo e último subcapítulo busca abordar o papel das mudanças no sistema internacional e na própria dinâmica da bipolaridade nos processos de reabertura política e de reaproximação das relações sino-brasileiras. Nesse contexto, é estudado, de mesmo modo, como o revisionismo das políticas externas de ambos os países traçou linhas de comportamentos que apresentavam elementos convergentes e possibilitaram o reatamento oficial das relações em 15 de agosto de 1974.

### 3.3. A reaproximação no governo Geisel

O retorno das relações entre Brasil e China, para a autora Pinheiro (1993), pode ser analisado por uma perspectiva realista, em que o Estado desfruta de racionalidade, comportando-se como um ator unitário em relação ao sistema internacional. Em outras palavras, o comportamento racional, mesmo perante às tensões e divisões estabelecidas pela Guerra Fria, não deixaria de comportar as necessidades e interesses internos do Estado, o qual buscaria meios palpáveis para atendê-los. O cenário da década de 70, palco da crise do petróleo e da recessão do mercado internacional, obrigou os governos nacionais a repensarem suas políticas externas, especialmente aqueles que, propositalmente, restringiam seus parceiros por questões ideológicas.

Para além das questões comerciais-econômicas, o período de flexibilização da Guerra Fria, conhecido como *détente*, possibilitou o amadurecimento das políticas externas estadunidense e chinesa uma em relação à outra, e destas com a União Soviética. O crescente embate vivenciado pelas relações sino-soviéticas, com seu ápice nos conflitos armados em territórios fronteiriços, fez com que a China buscasse reatar as relações com os Estados Unidos como uma forma de comedir as ameaças do expansionismo soviético e, conseqüentemente, de garantir o equilíbrio de forças na região. No plano nacional, as metas de modernização da economia chinesa pós Revolução Cultural, também requisitavam o aumento do leque de parcerias internacionais para além daquelas já estabelecidas, como foi o caso do Brasil (CHEN, 1991).

Por outro lado, a reaproximação das relações com o parceiro chinês representou aos Estados Unidos uma oportunidade para atender aos propósitos estadunidenses frente à política de *détente*. O diálogo amigável entre Washington e Beijing possibilitaria ao governo estadunidense pressionar a União Soviética em direção à cooperação, ocasionando assim o cenário de distensão na Guerra Fria durante a década de 70. Assim, o comportamento dos Estados Unidos pode ser entendido como responsável pelo próprio reatamento das relações brasileiras, não somente com a China, como também com a União Soviética (Office of the Historian, 1972).

Neste sentido, o presidente Nixon iniciou sua doutrina baseada no desenvolvimento de uma política externa estadunidense voltada para a Ásia, de modo que pudesse, progressivamente, construir a relação dos Estados Unidos com a China e demais países da região. Um exemplo deste novo posicionamento do governo de Nixon seria o fim da intervenção no território do Vietnã em 1973, o qual, ainda que tardio, demonstrava o interesse

estadunidense no estabelecimento de um cenário favorável para a aproximação entre Washington e Beijing (Office of the Historian, 1972).

Todavia, de acordo com o autor John Mueller (1973), o fim da atuação estadunidense na Guerra do Vietnã possui justificativas mais complexas que uma simples intenção de reaproximação com a China. Mueller argumenta que, inicialmente, a população estadunidense apoiava o envolvimento militar no Vietnã com base em um senso de dever patriótico e no medo do avanço do comunismo, mas à medida em que a guerra estendia-se sem previsão de vitória, o suporte sofreu uma deterioração significativa. Na época, a exposição constante na mídia de cenas de violência, bem como o retorno de inúmeros soldados feridos, mutilados ou mortos, contribuíram para a construção de uma percepção de incerteza quanto aos interesses estadunidenses no Vietnã.

Mueller (1973) observa, de mesmo modo, como a questão financeira desempenhou um papel central na erosão do apoio popular à guerra e na reconsideração do esforço militar por parte dos Estados Unidos. Com o aumento dos custos e da duração do conflito, os quais drenavam recursos do governo e intensificavam a inflação, muitos estadunidenses passaram a questionar-se quanto ao verdadeiro retorno de todo o sacrifício econômico. As dificuldades econômicas, associadas aos protestos anti-guerra e o fortalecimento de movimentos pacifistas, ampliaram a insatisfação com o governo e reforçaram a ideia de que a Guerra do Vietnã não poderia ser vencida. Desse modo, observa-se como os principais fatores que levaram os Estados Unidos a se retirarem da guerra estavam mais relacionados a necessidades internas do que externas, embora a decisão também tenha corroborado para um cenário mais favorável à reaproximação com a China.

O primeiro contato diplomático oficial, após um período de progressiva abertura para diálogos e iniciativas, ocorreu em fevereiro de 1972, mediante a visita de Nixon a Pequim. A ocasião não somente marcou o encontro do presidente Nixon com Mao Tsé Tung, como também rendeu a assinatura do documento conhecido como “Comunicado de Xangai”, o qual discutia um ponto crucial para a normalização das relações: A questão de Taiwan. O governo da República Popular da China, em muitos momentos, deixava claro que reconhecia o território de Taiwan como parte de seu próprio, se opondo fortemente à criação de “duas Chinas”, “uma China e uma Taiwan”, ou uma Taiwan completamente independente de seu governo (Office of the Historian, 1972).

Como resposta direta, o governo de Nixon, durante as negociações do comunicado, declarou que, apesar da presença de chineses tanto na porção continental quanto na insular, havia apenas uma única China, e que Taiwan, portanto, era parte de seu território. Os Estados

Unidos passaram a demonstrar, similarmente, a intenção de uma solução pacífica para a questão de Taiwan, e manifestaram a intenção da retirada das tropas americanas que ainda permaneciam na ilha. Para o líder Mao Tsé Tung, o reatamento das relações sino-estadunidenses seria apenas possível com o reconhecimento da legitimidade de seu governo e, conseqüentemente, do abandono das relações diplomáticas formais com o governo de Taiwan (Office of the Historian, 1972).

Deve-se destacar que, o novo posicionamento adotado pelos Estados Unidos, marcado pela recuperação das relações com Beijing em detrimento de Taipé, bem como a própria admissão da China na Organização das Nações Unidas em 25 de outubro de 1971, estabeleceram um importante cenário na conjuntura internacional que influenciou diretamente o rumo da política externa brasileira no governo de Geisel. A flexibilização nas relações dos Estados Unidos, e o crescente reconhecimento que a RPC alcançava ao decorrer da década de 70, implicavam em um cenário mais flexível da bipolaridade, abrindo um novo espaço para que os países adotassem posturas externas mais independentes e menos centradas no elemento ideológico.

Para o Brasil, o reatamento das relações sino-brasileiras significaria muito mais que uma alternativa para a expansão das exportações e de investimento externo, ou uma readaptação de sua postura internacional frente às novas mudanças. Ainda que permanecessem diferenças ideológicas e no papel distinto de ambos os países na política mundial, o Brasil e a China compartilhavam certas semelhanças em seus projetos de inserção no sistema internacional, o que resultava em necessidades relativamente convergentes e, por consequência, em possibilidades para atendê-las conjuntamente (PINHEIRO, 1993).

Deve-se lembrar que a política do Pragmatismo Ecumênico e Responsável no governo Geisel dispunha como um de seus principais aspectos a aproximação das relações com os países de Terceiro Mundo e a “diversificação de interesses e dependências em relação ao Primeiro Mundo” (PINHEIRO, p. 254, 1993), de forma que o fortalecimento dessa cooperação Sul-Sul pudesse também alavancar a posição do Brasil dentro dos diálogos e negociações nas relações Norte-Sul. Esta procura pelo fortalecimento de parcerias com países em desenvolvimento fez com que o posicionamento ambíguo da China perante o sistema internacional se tornasse um importante elemento para a política terceiro-mundista do Brasil (CHEN, 1991; PINHEIRO, 1993).

Isso se deve ao fato que, em um primeiro plano, a República Popular da China reconhecia-se como um país de Terceiro Mundo, vide seu nível de desenvolvimento econômico relativamente baixo, economia predominantemente agrícola e não industrializada, e

problemáticas quanto às condições socioeconômicas da população na época. Ainda que nunca tenha se filiado a grupos com forte caráter terceiro-mundista, como o Grupo dos 77, a crescente posição independente das grandes potências durante a década de 70 alinhava-se cada vez mais com as pretensões e tendências de países em desenvolvimento em suas respectivas atuações internacionais (PINHEIRO, 1993).

Contudo, apesar de suas limitações socioeconômicas, a RPC não deixava de desempenhar um indispensável papel político-estratégico no sistema internacional, postura que tornou-se bastante evidente durante a própria Guerra Fria. O posicionamento do país em debates e questões levantadas pela comunidade internacional, como o direito do mar, direitos humanos, e até mesmo a questão nuclear, convergia fortemente com os ideais do governo brasileiro na época. Desse modo, estabelecer um vínculo diplomático com o governo chinês poderia significar um forte aliado para o Brasil nas mais diversas temáticas debatidas em fóruns multilaterais (CHEN, 1991).

Esta semelhança de pareceres entre ambos os Estados tornou-se bastante visível desde o processo de assinatura do tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em 1968, documento que pretendia promover o uso exclusivamente pacífico da tecnologia nuclear. Diferentemente do Brasil, a China apresentava capacidade de desenvolvimento nuclear desde 1964, ano em que realizou seu primeiro teste bem-sucedido de uma bomba atômica, tornando-se o quinto país no mundo a desenvolver armas nucleares. Ainda assim, ambos os países compartilharam de um mesmo posicionamento, a recusa da assinatura do tratado mediante ao argumento de que o mesmo apenas visava desarmar países não nucleares, sem causar efeitos nos países que já dispunham de armamentos nucleares (PINHEIRO, 1993).

Outro ponto de congruência entre os dois países que fez-se de extrema importância para o processo de reaproximação foi a abordagem cautelosa em relação ao tópico de direitos humanos. A China, para além de suas questões internas, preocupava-se com a manutenção de boas relações com o general e ditador chileno Augusto Pinochet (1973-1990), líder que era reconhecido por seu governo marcado por intensas violações dos direitos humanos, como tortura, desaparecimentos forçados e execuções e prisões extrajudiciais de opositores políticos. Em seu posicionamento oficial, o governo chinês recusou-se a assinar as resoluções das Nações Unidas que previam a defesa dos direitos humanos no Chile, decisão que indiretamente beneficiava o próprio governo brasileiro, visto que o mesmo também era alvo de denúncias da comunidade internacional (PINHEIRO, 1993).

Nas discussões referentes aos direitos marítimos, a China e a América Latina também encontraram um terreno comum, especialmente no que dizia respeito à defesa da soberania

nacional sobre os recursos marítimos e à regulamentação das zonas econômicas exclusivas (ZEE). Ambas as partes ressaltavam a importância de proteger seus recursos naturais marinhos da exploração externa e de assegurar o direito soberano de cada nação em gerenciar seus mares e recursos costeiros. Durante a década de 70, tanto a China como países latino-americanos, defenderam a criação de zonas econômicas exclusivas (ZEE) que se estendesse por até 200 milhas náuticas a partir da costa, principal ponto que viria a ser novamente colocado em debate na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982 (CHEN, 1991).

Adicionalmente, deve-se destacar o interesse que ambos governos compartilhavam no desenvolvimento de políticas para o Terceiro Mundo, e, por consequência, no estabelecimento de uma nova ordem econômica global. Durante a VI Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em 1974, a República Popular da China apoiou resoluções propostas pelos países em desenvolvimento, defendendo a redistribuição global de recursos econômicos. O governo chinês também buscou incentivar a criação de organizações econômicas regionais focadas em produtos primários do Terceiro Mundo, e advogou por medidas como a nacionalização de multinacionais, o controle de recursos marítimos, a estabilização dos preços desses produtos e novas formas de renegociar as dívidas externas que assolavam os países em desenvolvimento (PINHEIRO, 1993; CHEN, 1991).

Embora as divergências ideológicas entre os governos da China e Brasil ainda perdurassem, as significativas mudanças na abordagem da política externa chinesa nos anos 70 contribuíram fortemente para o reatamento das relações. Isso ocorreu porque o governo chinês passou priorizar o alinhamento com as nações do Terceiro Mundo por meio de um discurso nacionalista, deixando em segundo plano o discurso socialista quanto ao apoio de movimentos revolucionários globais. Essa readaptação da política externa chinesa, centrada no crescimento econômico e na flexibilidade nas alianças, se alinhava à postura pragmática do Brasil, o que tornava palpável o restabelecimento das relações sino-brasileiras. Todavia, apesar de estar em conformidade com os princípios do pragmatismo responsável de Geisel, a decisão do restabelecimento do contato diplomático com a China enfrentou forte resistência dentro do próprio governo brasileiro, especialmente entre os militares (PINHEIRO, 1993; CHEN, 1991).

Conforme aponta a autora Pinheiro (1993), os dados disponíveis da época demonstram que o tema da recuperação das relações sino-brasileiras foi previamente discutido entre o chanceler Azeredo da Silveira e Ernesto Geisel pouco tempo antes de sua posse. Ainda no fim de 1973, as discussões renderam a definição das principais diretrizes que regeriam a nova política externa do Regime Militar, o pragmatismo responsável. Com a posse de Geisel, o restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e República Popular da China foi

levantado durante uma consulta formal da Presidência da República ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Nota-se que, apesar da decisão ter um caráter aparentemente colegiado, a consulta ao CSN, na realidade, pôde ser interpretada como apenas uma etapa de formalização de uma escolha que já havia sido tomada antes mesmo da sucessão do governo Médici.

Em março de 1974, foi datada a primeira manifestação oficial de interesse da República Popular da China em obter o reconhecimento do governo brasileiro. Durante uma cerimônia em um evento na embaixada da Grécia em Moscou, um representante chinês expressou o desejo de restabelecimento das relações entre a China e o Brasil e a expansão das mesmas para além de objetivos comerciais. Após a manifestação realizada pelo representante chinês, o governo brasileiro autorizou a visita de uma delegação oficial a Pequim e Cantão, entre 10 e 15 de abril de 1974, liderada por Giulite Coutinho e com a participação de Carlos Antônio Bettécourt Bueno, chefe da Divisão de Ásia e Oceania do Itamaraty. Nesta visita, o representante brasileiro entregou um convite oficial para o estabelecimento de uma missão comercial chinesa ao Brasil, e sugeriu que a China enviasse um diplomata para acompanhar a missão e explorar as possibilidades de aprofundamento das relações entre os dois países (PINHEIRO, 1993).

As instruções para a missão dataram de 2 de abril de 1974, antes da submissão oficial da exposição de motivos pelo ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, ao presidente Ernesto Geisel, em 9 de abril, recomendando o restabelecimento das relações diplomáticas com a China. Para Pinheiro (1993), embora tal ação possa sugerir que o Itamaraty estava atuando de forma independente, é provável que a decisão já tivesse sido previamente discutida entre Geisel e Silveira, como apontado anteriormente.

Ao assumir o cargo de secretário-geral do Itamaraty, em 8 de abril de 1974, o diplomata Saraiva Guerreiro foi informado da decisão positiva tomada acerca do reatamento das relações sino-brasileiras. Nesse cenário, um grupo interministerial foi criado para avaliar os aspectos comerciais dessa aproximação, ainda que a decisão política já estivesse formalmente consolidada. O objetivo central da avaliação era criar um ambiente favorável à implementação da medida, destacando todas vantagens econômicas que a reaproximação poderia trazer, facilitando assim a aceitação do reconhecimento diplomático entre os setores mais conservadores do governo (PINHEIRO, 1993).

Apesar do apoio do empresariado nacional, que enxergava na China um mercado promissor, ainda havia uma forte resistência dos militares. O ministro do Exército, general Silvio Frota, e outros membros do Conselho de Segurança Nacional se opuseram ao restabelecimento das relações, mas Geisel continuou seus esforços para garantir o apoio das bases militares, enviando assim o então chefe do Gabinete Militar, general Hugo de Abreu,

como emissário. Devido ao pouco acesso de dados que informem a versão exata de como um consenso foi estabelecido em relação à temática, para Pinheiro (1993) todas as fontes existentes apontam que a reunião do CSN não foi de fato uma consulta para deliberar sobre a questão, mas apenas um processo de aval para uma decisão já tomada previamente.

Em agosto de 1974, o governo brasileiro restabeleceu oficialmente as relações diplomáticas com a China, reconhecendo Pequim como a única e legítima representante do povo chinês, e aceitando sua posição em relação a Taiwan. O governo brasileiro também aderiu aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica como base do reatamento das relações, os quais previam o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão mútua, a não interferência nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefícios mútuos, e a coexistência pacífica entre as partes. A decisão foi finalmente formalizada em 15 de agosto, após a chegada de uma missão comercial chinesa ao Brasil, colocando assim um ponto final aos 20 anos de ruptura das relações sino-brasileiras (PINHEIRO, 1993).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, observa-se como a trajetória das relações sino-brasileiras ao longo das décadas de 1960 e 1970 foi marcada pelas fases de aproximação, ruptura e reaproximação, todas profundamente influenciadas por fatores econômicos, políticos e ideológicos, em um cenário dominado pela Guerra Fria. Esta análise evidencia que as mudanças nas diretrizes da política externa de ambos os países, bem como as circunstâncias político-econômicas globais, desempenharam um impacto decisivo sobre a evolução dessas relações. Ambos os países, ao longo desse período, enfrentaram questões internas e externas que refletiram suas posturas no cenário internacional, demonstrando o papel ativo da política externa como ferramenta para a busca de superação das necessidades encontradas em cada respectivo governo.

Nos primeiros anos da década de 1960, a Política Externa Independente (PEI), adotada pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi fundamental para a tentativa de inserção do Brasil no cenário global de forma mais autônoma e menos alinhada ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. A fase de aproximação com a China Continental, simbolizada pela visita de Goulart ao país em 1961, buscava diversificar os parceiros comerciais e reforçar as relações com o Terceiro Mundo, em consonância com o projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. A China, por sua vez, também apostava na ampliação de suas relações diplomáticas, especialmente com países fora do bloco socialista, passando a visualizar as relações com o Brasil como uma oportunidade estratégica de expansão comercial e diplomática.

No entanto, essa primeira fase de aproximação e negociação das relações sino-brasileiras foi interrompida abruptamente pelo golpe militar de 1964 no Brasil, que impôs uma política externa brasileira de alinhamento automático com os Estados Unidos. Esse realinhamento focado nos interesses ocidentais, e a necessidade da obtenção de apoio político e econômico do governo estadunidense, resultou no rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a China em 1965, e marcou o início de um período de afastamento entre os dois países.

Do lado chinês, o período foi igualmente marcado por transformações profundas. A China vivia o auge da Revolução Cultural, movimento liderado por Mao Tsé-Tung, que reforçou a postura ideológica radical do país, afastando-o de relações com nações alinhadas ao Ocidente e ao capitalismo. As tensões sino-soviéticas de 1957 também contribuíram para a adoção de uma política externa mais isolacionista por parte da China, dificultando ainda mais a reaproximação com o Brasil. Esse distanciamento entre os dois países, portanto, não se deu

apenas por questões ideológicas do Brasil, mas também refletiu a política de Mao de fortalecer a revolução comunista interna e resistir à influência das potências ocidentais.

Contudo, as mudanças econômicas globais e as crises internas em ambos os países, especialmente durante a década de 1970, levaram a um movimento de reaproximação. No Brasil, o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) enfrentava os efeitos da crise do petróleo de 1973 e uma recessão global que impôs a necessidade de diversificação de parceiros comerciais e o afastamento da dependência exclusiva dos Estados Unidos. A adoção de uma política de pragmatismo responsável sinalizou um novo direcionamento da política externa brasileira, com o objetivo de fortalecer os laços com países do Terceiro Mundo, especialmente no contexto de uma crescente cooperação Sul-Sul. A China, por sua vez, também passou por um processo de reabertura econômica e política após a morte de Mao em 1976 e a ascensão de Deng Xiaoping, que implementou reformas voltadas para a modernização do país e a busca de novas parcerias comerciais fora do bloco socialista.

O fator comercial e econômico foi, portanto, fundamental na trajetória das relações sino-brasileiras, especialmente durante a primeira fase de aproximação no início dos anos 1960. Nesse período, o comércio desempenhou um papel crucial, sendo visto como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico do Brasil e reduzir a dependência em relação aos seus parceiros tradicionais. A tentativa de diversificar as relações comerciais e estabelecer laços com a China representava uma oportunidade de acesso a novos mercados, que poderiam fortalecer a economia brasileira por meio do aumento das exportações e da atração de tecnologias e bens de consumo provenientes do país asiático. Dessa forma, o fator econômico foi decisivo para impulsionar a aproximação entre os dois países, refletindo uma política externa pragmática e voltada para o fortalecimento do desenvolvimento nacional.

Contudo, essa dinâmica foi radicalmente alterada com a adoção do alinhamento automático, que trouxe uma reorientação da política externa do Brasil, agora fortemente influenciada pelo contexto da Guerra Fria e pela agenda ocidental. Nesse cenário, o fator ideológico passou a se sobrepor às necessidades comerciais, tornando-se a principal prioridade nas decisões diplomáticas. A orientação política do regime, que buscava assegurar o apoio dos Estados Unidos para consolidar o governo ditatorial no Brasil, resultou em uma redução significativa na diversificação dos parceiros comerciais, uma vez que se acreditava que o suporte estadunidense, e de outros países ocidentais, poderia suprir as demandas econômicas do país. Essa dependência do alinhamento ideológico fez com que o comércio perdesse seu papel estratégico, e a relação com a China foi rompida, colocando de lado as oportunidades econômicas que haviam motivado a fase inicial de aproximação.

Somente na década de 1970, com o abandono gradual do alinhamento automático e a necessidade de superar as crises econômicas internacionais, o fator comercial e econômico voltou a ocupar uma posição central nas relações externas do Brasil. A busca por novas parcerias internacionais e o retorno ao pragmatismo foram impulsionados por um contexto de pressões econômicas que exigiam a reavaliação das políticas adotadas anteriormente. Nesse momento, a reaproximação com a China foi retomada com a justificativa de interesses comerciais, evidenciando que o pragmatismo econômico havia se tornado novamente uma prioridade.

A história das relações sino-brasileiras ao longo das décadas de 60 e 70 mostra que, embora o alinhamento ideológico tenha moldado os períodos de afastamento, o fator comercial, em conjunto com o processo de reabertura política e flexibilização das relações internacionais de ambos países, fez-se crucial para o restabelecimento das relações entre Brasil e China em 1974. Com isso, por meio das análises obtidas, conclui-se que o fim do alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos representou o principal elemento responsável por favorecer a retomada das relações brasileiras com o parceiro asiático.

Mediante ao abandono da conformidade obrigatória dos interesses brasileiros com os interesses da potência ocidental, o governo brasileiro adquiriu maior autonomia para reestruturar sua política externa, de forma que, a adoção de princípios de diversificação de parcerias internacionais e busca por interesses próprios como forma de mitigar as consequências da crise econômica interna, passaram a reger os posicionamentos e ações do Brasil em meio internacional. Dessa forma, a relação com a China passou a ser visualizada como uma aposta necessária, parceria esta que mantém-se relevante até os dias atuais.

A análise das novas dinâmicas do sistema internacional e das transformações econômicas brasileiras no período posterior ao fim do milagre econômico destaca a complexidade de um momento de transição marcado por múltiplos desafios internos e externos. Internamente, o Brasil enfrentava os limites estruturais de um modelo econômico que, embora tivesse proporcionado crescimento acelerado, deixou um legado de concentração de renda, vulnerabilidades financeiras e aumento da dívida externa. Externamente, o sistema internacional passava por transformações significativas, com o aprofundamento da Guerra Fria, a ascensão de novos polos de poder e o questionamento da hegemonia estadunidense em diversas regiões do globo.

Nesse contexto, a decisão brasileira de abandonar o alinhamento automático com os Estados Unidos e buscar maior autonomia em sua política externa não apenas refletia a necessidade de diversificação estratégica, mas também uma reavaliação do papel do Brasil no

sistema internacional. A reabertura das relações diplomáticas com a China, concretizada em 1974, emerge como um marco dessa nova orientação. Ela simboliza o reconhecimento do crescente protagonismo chinês no cenário global e a busca por novos mercados e parcerias que pudessem contribuir para o desenvolvimento brasileiro. A reaproximação sino-brasileira se insere em um movimento mais amplo de aproximação do Brasil com o chamado "Sul Global", consolidando uma política externa que buscava equilibrar pragmatismo econômico e objetivos de longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A política externa da China e o reordenamento mundial: de Mao Zedong a Deng Xiaoping**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, n. 2, p. 24-44, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/pPhZT7ZrNh9JDbCdHQCWWMB/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2024

ARAÚJO, Marina Celina. **Acordo Militar Brasil-EUA (1952)**. Rio de Janeiro: Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), DATA. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

AYERBE, Luis Fernando. A Revolução Cultural Chinesa e sua Influência na Política Externa de Pequim. **Revista de Sociologia e Política**, v. 7, n. 7, p. 69-83, 1996. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HYLP6RTPf3VGXWgQd7JbLrJ/?lang=pt>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BELLINGIERI, Julio Cesar. A Economia no Período Militar (1964-1984): Crescimento com Endividamento. **Revista Hispeci & Lema**, v.8, 2005. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Julio-Bellingieri-2/publication/266862513\\_A\\_economia\\_no\\_periodo\\_militar\\_1964-1984\\_crescimento\\_com\\_endividamento/links/5ffda546a6fdccdc84aaffd/A-economia-no-periodo-militar-1964-1984-crescimento-com-endividamento.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Julio-Bellingieri-2/publication/266862513_A_economia_no_periodo_militar_1964-1984_crescimento_com_endividamento/links/5ffda546a6fdccdc84aaffd/A-economia-no-periodo-militar-1964-1984-crescimento-com-endividamento.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2024

BESERRA, Isabelle da Silva. **Estudo Introdutório da Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)**. Disponível em: <<https://ocs.ifsp.edu.br/conept/iv-conept/paper/viewFile/4061/697>>. Set. 2018. Acesso em: 15 mar. 2024.

BETFUER, Leonardo Laguna. A Aliança para o Progresso para o Brasil (1961-1964). **Revista Historiador**, n. 9, ano 9, fev. 2017. Disponível em: <<https://revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/179/182>>. Acesso em: 06 maio 2024

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pronunciamento feito na primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974**. 1974. Disponível em: <<https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/03.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024

BRUNELLO, Yuri. **Mais definições em trânsito: hegemonia**. 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/HEGEMONIA.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2024

CASSANO, F. A. Alinhamento e autonomia na política externa brasileira: diversidade de políticas públicas. Revista UNILUS Ensino e Pesquisa, n.4, v.3, jan/jun 2006. Disponível em: <<http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/27/u2006v3n4e27>>. Acesso em: 30 maio 2024

CHEN, Duqing. **Política Exterior da China**. 1991. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2024

CREMA, Gabriella Lenza. **A política externa do governo Médici (1969-1974) para os países sul-americanos sob a influência da esquerda**. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214564/PGRI0083-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 abr. 2024

CRUZ, Fábio Dias Rodrigues Matos. **Independência e Auto-Suficiência: A Política Externa da República Popular da China Entre 1957 e 1966**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade NOVA de Lisboa, set. 2011. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/0898b85365c53bdbb9910b88fa0f3337/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>>. Acesso em: 05 ago. 2024

CUNHA, Raphael Coutinho; FARIAS, Rogério de Souza. As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.54, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/wFjBzk5XCT4Hxq3vxmrRFJG/#>>. Acesso em: 28 maio 2024

DA COSTA, Celiane Ferreira. Análise das relações sino-brasileiras a partir da prisão de nove chineses no início do governo militar (1964). *Ideias*, v. 9, n. 2, p. 7-30, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8655178>>. Acesso em: 28 fev. 2024

DALIO, Danilo Jose. **A barganha nacionalista-pragmatica: a politica externa do segundo governo Vargas para os Estados Unidos (1951-1954)**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/7457/a-barganha-nacionalista-pragmatica-a-politica-externa-do-se/>>. Acesso em: 03 maio 2024

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira S.A, 1962. Disponível em: <[https://www.santiagodantas.com.br/wpcontent/uploads/politica\\_externa\\_independente.pdf](https://www.santiagodantas.com.br/wpcontent/uploads/politica_externa_independente.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2024

DARÉ, Milton José. **O governo Juscelino Kubistchek (JK) e os organismos internacionais do sistema financeiro: o fundo monetário internacional (FMI) e o banco internacional de reconstrução e desenvolvimento (BIRD)**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001386096>>. Acesso em: 23 maio 2024

DE LARA, José Victor. **A Participação dos Estados Unidos no Golpe Civil-militar de 1964: breves apontamentos para uma revisão historiográfica**. XV Encontro Regional de História, Universidade Federal do Paraná, 2016. Disponível em: <[https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370\\_ARQUIVO\\_trabalho\\_anpuh\\_2016.pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1468195370_ARQUIVO_trabalho_anpuh_2016.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2024

FARES, Tomaz Mefano. A diplomacia chinesa e as relações com o Brasil (1949-1974). **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 7, nº1, jan-jun, 2016. Disponível em:

<[https://www.cebc.com.br/sites/default/files/artigo\\_tomaz\\_a\\_diplomacia\\_chinesa\\_e\\_as\\_relacoes\\_com\\_o\\_brasil\\_1949-1974.pdf](https://www.cebc.com.br/sites/default/files/artigo_tomaz_a_diplomacia_chinesa_e_as_relacoes_com_o_brasil_1949-1974.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2024

FARIA, Thamires Riterde. **A Participação dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 1964 no Brasil: A Operação Brother Sam**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2743/1/ThamiresRiterdeFaria.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2024

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FLIGINO, Beatriz. **Guerra fria: um período, três olhares**. 2015. Disponível em: <<http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201652417328.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2024

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Planalto: memórias**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

FRAVEL, M. Taylor; MEDEIROS, Evan S. *China's search for assured retaliation: the evolution of Chinese nuclear strategy and force structure*. *International Security*, v. 35, n. 2, p. 48-87, 2010. Disponível em: <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/60548>. Acesso em: 29 set. 2024.

FREITAS, Wesley; JABBOUR, Charbel. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de Pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. *Estudo & Debate*, v. 18, n.2, 2011. Disponível em: <http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>>. Acesso em: 14 mar. 2024

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol 6. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

HIRST, Monica Ellen Seabra. **As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: Evolução contemporânea, complexidades atuais e perspectivas para o século XXI**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36743/000817166.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio. 2024

IBRACHINA. **50 anos de Relações Diplomáticas Brasil-China, o recomeço**. 22 jan. 2024. Disponível em: <<https://ibrachina.com.br/50-anos-de-relacoes-diplomaticas-brasil-china-o-recomeco/>>. Acesso em: 07 ago. 2024

KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. *Qualitative methods in international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961–1969*. Kentand London: Kent State University Press, 1990.

LIEBSCHER, P. *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program*. *Library Trends*, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. **O Regime Militar brasileiro e a República da China: Anticomunismo e Relações Internacionais (1964-1974)**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/55663/1/O%20Regime%20Militar%20Brasileiro%20e%20a%20Rep%20c3%bablica%20da%20China%20%20Anticomunismo%20e%20Rela%20c3%a7%20c3%b5es%20Internacionais%20%281964-1974%29.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. **Do Americanismo ao Universalismo: As transformações nas relações internacionais do Brasil, de 1902 a 1964**. Universidade de Brasília (UnB), 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/2227>>. Acesso em: 29 mar. 2024

LIMA, Maria Regina Soares. **Relações Interamericanas: A nova agenda sul-americana e o Brasil**. São Paulo: Lua nova, p. 167-201, 2013. Disponível em: <[scielo.br/j/ln/a/pPJm99WYYKtBMZV5JxbyPTk/?format=pdf](https://scielo.br/j/ln/a/pPJm99WYYKtBMZV5JxbyPTk/?format=pdf)>. Acesso em: 26 maio 2024

LOUREIRO, Felipe. *The Alliance For or Against Progress? US-Brazillian Financial Relations in the Early 1960s*. *Journal of Latin American Studies* 46:2, 2014, pp. 323-51.

LOUREIRO, Felipe. *The Alliance for Progress and President João Goulart's Three-Year Plan: the deterioration of U.S.-Brazilian Relations in Cold War Brazil (1962)*. *Cold War History*, vol. 17, 2017.

LUIZ, Juliana Ramos. **A política externa do Regime Militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática**. 3º Encontro Nacional ABRI, 2011. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200040&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000200040&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 abr. 2024

MAIOR, Luiz Augusto Pereira Souto. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 203-244.

MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 12, 1975.

MESQUITA, Júlio. **Presidente Goulart será deposto em breve**. Rio de Janeiro: Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), 1964. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=PresRepubli&hf=www18.fgv.br&pagfis=2175>>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n.6, abr-jun. 2011. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4674/1/BEPI\\_n6\\_importancia.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4674/1/BEPI_n6_importancia.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2024

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A política exterior da Revolução Brasileira**. Seção de Publicações. 1966.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do alinhamento ao pragmatismo: militares e política externa**. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/jfjor/Downloads/61-Texto%20do%20artigo-150-156-10-20150824.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024

MUELLER, John. *Trends in popular support for the wars in Korea and Vietnam*. **American Political Science Review**, v. 67, n. 2, p. 359-375, 1973.

MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar. **Discursos Selecionados do Presidente Jânio Quadros**. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <[https://funag.gov.br/biblioteca/download/677-Discursos\\_janio\\_quadros.pdf](https://funag.gov.br/biblioteca/download/677-Discursos_janio_quadros.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2024

MUNHOZ, Sidnei José; ROLLO, José Henrique. Détente e Détente na época da Guerra Fria (Décadas de 1960 e 1970). **Esboços: Histórias Em Contextos Globais**, v. 2, n.32, pp. 138–158, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p138>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

NASCIMENTO, Bruno Rocha. **Brasil e China: desafios do reatamento das relações diplomáticas em 1974**. Universidade de Brasília, abr. 2022. Disponível em:<[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30988/1/2022\\_BrunoRochaNascimento\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30988/1/2022_BrunoRochaNascimento_tcc.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2024

NEVES, Luiz Augusto de Castro. **As relações com a China no novo contexto geopolítico mundial**. 2018. Disponível em :<[https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206\\_a\\_politica\\_externa\\_brasileira\\_cap14.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap14.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2024

Office of the Historian. *United States Department of State. With China, 1972*. 1972. Disponível em: <[https://www.dailyhistory.org/How\\_did\\_Richard\\_Nixon\\_normalize\\_diplomatic\\_relations\\_with\\_China\\_in\\_1972](https://www.dailyhistory.org/How_did_Richard_Nixon_normalize_diplomatic_relations_with_China_in_1972)>>. Acesso em: 02. set. 2024

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva Editora, 2005.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, Analucia Danilevicz. **Relações Exteriores do Brasil III (1964/1990): Do Regime Militar à Nova República**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise de processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos: Globalização**, v. 6 n. 12, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1965>>. Acesso em: 29 mar. 2024

RODRIGUES, Gabriella. **Percepções cognitivas e representações visuais nas relações sino-brasileiras: Uma análise sobre vários aspectos**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2023. Disponível

em:<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27159/1/GR21062023.pdf>>.  
Acesso em: 29 mar. 2024

SADDI, Fabiana da Cunha. Política e Economia no Federalismo do Governo Geisel. **Revista de Economia Política**, n.23, abr-jun 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572003-0692>>. Acesso em: 29 mar. 2024

SILVA, André Luiz Reis. **Entre a Segurança e o Desenvolvimento: A Política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)**. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256433/000294781.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 abr. 2024

SIMAS, Daniele de Almeida. **As relações bilaterais entre o Brasil e a República Popular da China - seus antecedentes e o período do governo Geisel**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1308764045\\_ARQUIVO\\_Artigo%5B1%5D.pdf](https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1308764045_ARQUIVO_Artigo%5B1%5D.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2024

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Política Externa e Geo-política no governo Castello Branco**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: Fortaleza, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2564https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0846.pdf33>>. Acesso em: 06 abr. 2024

SOUTO, Cíntia Vieira. **A diplomacia do interesse nacional: a política externa do governo Médici**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOUZA, André de Mello. **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014.

SOUZA, Ismara Izepe. **A política externa brasileira durante o Regime Militar (1964-1985): um balanço historiográfico**. 22-26 jul. 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364951563\\_ARQUIVO\\_TEXTOApoliticaexternabrasileiraduranteoregimemilitar.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364951563_ARQUIVO_TEXTOApoliticaexternabrasileiraduranteoregimemilitar.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2024

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/QYSn8t6CDB9GKtmWFwJznTP/?lang=pt#>>. Acesso em: 14 abr. 2024

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Negociando a dependência: Relações militares Brasil-Estados Unidos no início da Guerra Fria. **OPIS**, v. 14, n. Especial, p. 160-184, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/127858/000967629.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio. 2024

USC US-China Institute. **Mao, Proclamation of the Central People's Government of the PRC, October 1, 1949**. 26 mar. 2019. Disponível em: <<https://china.usc.edu/mao-proclamation-central-peoples-government-prc-october-1-1949>>. Acesso em: 15 ago. 2024

VARGAS, João Augusto Costa. **O pensamento e a trajetória diplomática de Araújo Castro**. Brasília, 2013, FUNAG.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. **Política externa independente: fundamentos e reflexos nas Relações internacionais do Brasil (1961-1964)**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<https://l1nq.com/0fdLo>>. Acesso em: 04 abr. 2024

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **O nacionalismo desenvolvimentista e a Política Externa Independente (1951-1964)**. 1998. Disponível em: <<https://cprepmauss.com.br/site/wpcontent/uploads/2018/10/onacionalismodesenvolvimentistaepoliticaexternaindependente66822.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2024

WALL, Wendy L. ***Inventing the “American Way”: The Politics of Consensus from the New Deal to the Civil Rights Movement***. New York: Oxford University Press, 2008.

ZURITA, Maria Delicia. **La Guerra Fría en el marco de las Relaciones Internacionales**. 2007. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/153764>>. Acesso em: 03 mar. 2024